



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO**  
**CAMPUS SORRISO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA**  
**SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO**

**MODALIDADE PRESENCIAL**  
**Eixo tecnológico: Recursos Naturais**

**Sorriso - MT**

**2022**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

**Presidente da República**  
Jair Messias Bolsonaro

**Ministro da Educação**  
Victor Godoy Veiga

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica**  
Tomás Dias Sant'Ana

**Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso**  
Julio Cesar dos Santos

**Pró-Reitor de Administração e Planejamento**  
Túlio Marcel Rufino Vasconcelos de Figueiredo

**Pró-Reitora de Gestão de Pessoas**  
Leila Cimone Teodoro Alves

**Pró-Reitora de Ensino**  
Luciana Maria Klamt

**Pró-Reitor de Extensão**  
Marcus Vinicius Taques Arruda

**Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação**  
Epaminondas de Matos Magalhães

**Diretor de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio**  
Lucas Santos Café

**Diretora de Graduação**  
Ana Cláudia Tasinaffo Alves

**Diretor-Geral do *Campus* Sorriso**  
Claudir Von Dentz

**Diretor de Ensino do *Campus* Sorriso**  
Terezinha Ferreira de Almeida

**Diretor de Administração e Planejamento**  
Josimar da Silva Pereira

**Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso**  
(Constituída pela PORTARIA 27/2022 - SRS-GAB/SRS-DG/CSRS/RTR/IFMT, de 15 de março de 2022)

Vanessa Cristina Silva Vieira (Presidente)  
Alan Franco Barbosa  
Ana Paula Encide Olibone

Breno Dröse Neto  
Élio Barbieri Junior  
Luciana Monteiro de Campos  
Renan Gonçalves de Oliveira  
Renato Andrade Teixeira  
Roberta Cristiane Ribeiro  
Rubia Maria Vieira Giovelli  
Teviani Rizzi Kölzer



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2. PERFIL INSTITUCIONAL</b>	<b>9</b>
2.1. MISSÃO INSTITUCIONAL DO IFMT	12
2.2. VISÃO INSTITUCIONAL DO IFMT	12
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS</b>	<b>12</b>
3.1. INFORMAÇÕES GERAIS	12
3.2. HISTÓRIA DO <i>CAMPUS</i>	13
3.3. PERFIL DO <i>CAMPUS</i> SORRISO	14
3.4. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO <i>CAMPUS</i>	16
3.5. VOCAÇÃO	18
3.6. PRINCÍPIOS E VALORES	19
3.7. FINALIDADES	19
<b>4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO</b>	<b>20</b>
<b>5. OBJETIVOS DO CURSO</b>	<b>23</b>
5.1. OBJETIVO GERAL	23
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
<b>6. DIRETRIZES</b>	<b>24</b>
<b>7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO</b>	<b>26</b>
<b>8. PÚBLICO ALVO</b>	<b>27</b>
<b>9. INSCRIÇÃO</b>	<b>27</b>
<b>10. MATRÍCULA</b>	<b>28</b>
<b>11. TRANSFERÊNCIA</b>	<b>28</b>
<b>12. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO</b>	<b>28</b>
12.1. COMPETÊNCIA GERAL	28
12.2. DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO E ATUAÇÃO	30
<b>13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b>	<b>31</b>
13.1. DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	33
13.2. INDICADORES DA MATRIZ CURRICULAR	33
13.3. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO	35
13.4. FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR	38
13.5. EMENTÁRIO	40
<b>14. ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b>	<b>88</b>
<b>15. METODOLOGIA</b>	<b>89</b>



<b>16.</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>	<b>92</b>
16.1.	DA REVISÃO DE AVALIAÇÃO	95
16.2.	DA AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	96
16.3.	RECUPERAÇÃO	96
16.4.	18.4 PROVA FINAL	97
16.5.	DA FREQUÊNCIA E DO REGISTRO	98
<b>17.</b>	<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO</b>	<b>98</b>
<b>18.</b>	<b>PLANO DE MELHORIA DE CURSO</b>	<b>98</b>
<b>19.</b>	<b>ATENDIMENTO AO DISCENTE</b>	<b>99</b>
19.1.	APOIO PEDAGÓGICO E SOCIAL	99
19.2.	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS	99
19.3.	NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)	99
<b>20.</b>	<b>POLÍTICA DE CONTROLE DE EVASÃO</b>	<b>100</b>
<b>21.</b>	<b>CERTIFICADOS E DIPLOMAS</b>	<b>100</b>
<b>22.</b>	<b>QUADRO DE DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>101</b>
<b>23.</b>	<b>INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS</b>	<b>106</b>
23.1.	BLOCO BIBLIOTECA:	107
23.2.	SAGUÃO/PÁTIO	108
23.3.	PASSARELA	109
23.4.	BLOCO DE AUDITÓRIO	109
23.5.	BLOCO DE ADMINISTRAÇÃO	109
23.6.	BLOCO DE SALAS DE AULA, RESTAURANTE E LABORATÓRIOS	110
23.7.	25.7 ELEVADORES	110
23.8.	FAZENDA EXPERIMENTAL	111
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>112</b>



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

## **CARACTERÍSTICAS DO CURSO**

**DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Técnico em Agropecuária

**EIXO TECNOLÓGICO:** Recursos Naturais

**HABILITAÇÃO:** Técnico em Agropecuária

**NÍVEL:** Educação Profissional Técnica de Nível Médio

**FORMA:** Subsequente

**MODALIDADE:** Presencial

**PERÍODO/HORÁRIO DO CURSO:** Sexta-feira, noturno, das 18h às 22h;

Sábado, matutino e vespertino, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 18h

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 16 horas, sendo 13 horas presenciais e 03 horas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 1.300 horas

**NÚMERO DE VAGAS:** 40

**NÚMERO DE TURMAS:** 01 turma

**DURAÇÃO MÍNIMA:** 04 semestres e máximo 08 semestres

**ESTÁGIO:** Não Obrigatório

**PERIODICIDADE DE SELEÇÃO:** Regido por edital específico.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Sorriso - MT

**RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO:**

**INÍCIO DO CURSO:** 2022/02

**OFERTA:** 2022/1

## 1. APRESENTAÇÃO

A constituição deste documento tem como finalidade apresentar o **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, *Campus* Sorriso, a ser ofertado no município de Sorriso por meio de convênio. O documento apresenta informações concernentes à idealização, planejamento e execução do Curso Técnico em Agropecuária. São entidades parceiras nesse projeto, o Instituto Federal de Mato Grosso Campus Sorriso, a Prefeitura Municipal de Sorriso e a Fundação Uniselva

A oferta desse curso tem como principais objetivos o aperfeiçoamento de políticas educacionais, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no município de Sorriso. O curso oferecido visa preparar jovens e adultos para o mundo do trabalho, oferecendo ferramentas de conhecimento e formação profissional de qualidade proporcionando maior tecnicidade e produtividade para as cadeias produtivas da agricultura familiar, gerando emprego e renda para o pequeno produtor, transformando a realidade socioeconômica das pequenas comunidades rurais.

A agropecuária é a atividade econômica fundamental do estado de Mato Grosso e o município de Sorriso se sobressai no cenário nacional e mundial pela produção de commodities por médios e grandes produtores rurais. Lado a lado com essa agricultura empresarial, verifica-se uma agricultura familiar carente de incremento. Nesse sentido, a oferta do curso supracitado justifica-se em razão do crescimento populacional, do desenvolvimento agrícola regional, da emergência das questões ambientais, da necessidade de formação profissional de nível médio/técnico para o setor agropecuário e a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar no município de Sorriso.

Para a elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), tomou-se como base o Projeto do curso Técnico em Agropecuária Subsequente que está sendo desenvolvido pelo IFMT *Campus* Sorriso no município de Nova Ubiratã, por meio de uma parceria do IFMT com a Prefeitura Municipal daquele município e a Fundação Uniselva. Por sua vez, o PPC de Nova Ubiratã foi elaborado a partir do PPC executado no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, e cuja oferta se deu em parceria com vários municípios demandantes da região de abrangência do IFMT Campus Sorriso. Tal projeto foi elaborado no ano de 2014 pela a equipe pedagógica do IFMT *Campus* Sorriso, juntamente com a equipe designada

para coordenar os trabalhos de execução do curso, que promoveram vários encontros de estudo e reflexão sobre questões pedagógicas e epistemológicas do processo formativo, buscando compreender os desdobramentos dessas discussões para o campo da formação do profissional técnico em agropecuária. Levou-se em consideração o contexto produtivo regional do Médio Norte do Mato Grosso. Houve preocupação com o Projeto Pedagógico Institucional do IFMT e com os aspectos legais da educação, tais como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.234, de 20 de dezembro de 1996); a Lei 11. 741/08, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica; o Regulamento Didático do IFMT; entre outras.

A Comissão atual analisou o PPC do curso ofertado em Nova Ubitatã com o objetivo de adequá-lo às necessidades do município de Sorriso – MT e, considerando as características socioeconômicas e o arranjo produtivo local, realizou as mudanças no tocante às disciplinas, conteúdos e demais aspectos do currículo e do projeto pedagógico que avaliou como fundamentais para o cumprimento dos objetivos do curso e o alcance do perfil profissional do egresso.

Para a definição do perfil profissional do egresso, dos objetivos e dos conteúdos curriculares do curso, levou-se em consideração as necessidades do setor produtivo local e regional, mas sem deixar de ensinar uma formação ampla, capaz de orientar os estudantes na busca por melhores condições de vida e de cidadania. Acima de tudo, buscou-se superar a visão de educação moldada simplesmente pelos setores que conduzem o mercado, estabelecendo uma proposta pedagógica focada na construção de valores e conhecimentos necessários para o desenvolvimento integral do ser humano, visto como parte inseparável da formação para o trabalho.

Torna-se imprescindível destacar a opção pela perspectiva crítica da educação, evidente no Projeto Pedagógico Institucional do IFMT, que se caracteriza fundamentalmente pela prática pedagógica transformadora e emancipadora, para não apenas reproduzir as concepções dominantes, mas para permitir aos atores desse processo um novo olhar sobre mundo, na condição de sujeitos históricos e com capacidade de intervenção na realidade.

Assim, por meio do curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, do IFMT – *Campus Sorriso*, pretende-se contribuir para o desenvolvimento humano, social e produtivo de forma crítica e criativa, elevando a capacidade intelectual e de intervenção social dos agentes



envolvidos no processo educativo.

Toma-se também por desafio a formação de profissionais capazes de conceber o mundo da vida e do trabalho a partir e em função das possibilidades concretas que o constituem enquanto espaço passível de transformação pela ação humana. Trata-se, portanto, de uma pretensão pedagógica que, ao conceber o humano como *ser no mundo* e ao conceber o mundo como espaço em constante *devir*; motivará a busca pelo conhecimento da realidade em que se vive e trabalha na sua totalidade, identificando assim as potencialidades emancipatórias presentes nessa realidade e contribuindo para que tais potencialidades se desenvolvam no sentido da ética, da justiça social e da sustentabilidade.

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, do IFMT *Campus* Sorriso, atenderá principalmente a população de Sorriso-MT com o desafio de contribuir para o desenvolvimento socioambiental e econômico desse município.

O que se segue, portanto, refere-se ao esforço da comunidade acadêmica do IFMT *Campus* Sorriso em atender às expectativas da sociedade local e de ter um projeto pedagógico como documento norteador das políticas de ensino para o curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, convictos de que, para a eficiência das ações desencadeadas por motivação do presente projeto, todos os agentes envolvidos nesse processo deverão cultivar a reflexão crítica sobre a proposta formadora aqui apresentada.

Temos agora o desafio maior de implementar esta política em parceria com os municípios demandantes, neste caso Sorriso-MT, motivando todos à permanente inquietude nas suas ações, refletindo e discutindo cada passo do seu cotidiano, de forma que os princípios aqui estabelecidos sejam atendidos pelas práticas diárias.

## **2. PERFIL INSTITUCIONAL**

*O que antes eram Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas Federais passaram a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (MEC)*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso constitui-se em uma autarquia instituída pelo Governo Federal através da Lei nº 11.892/2008, oriunda dos antigos CEFET Cuiabá, Mato Grosso e Escola Agrotécnica de Cáceres, e que atualmente possui 14 *campi* em funcionamento: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres – Prof. Olegário Baldo, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda Fronteira Oeste, Primavera do Leste, São Vicente, Sorriso, Rondonópolis e Várzea Grande.

Existem ainda os Centros de Referências, localizados nos municípios de Jaciara, Campo Verde, Canarana e Paranaíta, e os campi avançados de Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sinop e Guarantã do Norte.

Atendendo à legislação e a uma demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei de criação dos IFs (11.892/2008).

Conforme dados do PDI (2019-2023), atualmente, o IFMT possui aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos nos níveis: Superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), Pós-graduação (especializações e mestrados), Técnico (com ensino médio integrado, subsequente, concomitante e Proeja), Educação a Distância (UAB e Profucionário), além de cursos de curta duração, como FIC (Formação Inicial e Continuada).

Diante da estrutura *multicampi* do IFMT, algumas unidades (*campi*) apresentam especificidades quanto à sua estrutura e oferta de cursos, como por exemplo, os *campi* localizados em São Vicente, Confresa, Campo Novo do Parecis, Juína e Cáceres, que possuem vocação agropecuária, apresentando estruturas de escolas-fazenda e, dentre outras características, mantêm alojamento (residenciais estudantis), restaurante e estrutura necessária para receber alunos internos em suas sedes. Os demais *campi* possuem estrutura voltada principalmente para a área de prestação de serviços, indústria e comércio.

O IFMT é a principal instituição de educação profissional e tecnológica do estado de Mato Grosso, ofertando ensino em todos os níveis de formação, além de promover a pesquisa e a extensão, estimulando docentes e estudantes através de programas que ofertam bolsas para desenvolvimento de projetos. Nos últimos anos os investimentos cresceram exponencialmente nessas áreas, sendo direcionados a bolsas-auxílio, a pesquisadores e extensionistas. Os programas

financiam o desenvolvimento das pesquisas e projetos de extensão conforme estabelecido também na lei 11.892/2008:

*Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:(...)*

*VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;*

*VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*

*VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*

*IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

A promoção da inclusão social e da acessibilidade também se apresentam como metas fundamentais do IFMT, estando inclusive definidas como tal no estatuto da Instituição, publicado no Diário Oficial da União de 04.09.2009:

*Art. 4º - O IFMT, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:*

*I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, publicidade e gestão democrática;*

*II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;*

*III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos educacionais, locais, sociais e culturais;*

*IV - inclusão de pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; e*

*V - natureza pública e gratuita do ensino regular, sob a responsabilidade da União.*

O IFMT opera função estratégica no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Mato Grosso, na medida em que a qualificação profissional, o incentivo à pesquisa, os projetos de extensão e as demais ações da Instituição estão diretamente relacionados ao aumento da produtividade, inovação nas formas de produção e gestão, melhoria da renda dos trabalhadores e na

qualidade de vida da população em geral. Nesse sentido, a missão da Instituição está voltada a “Educar para a vida e para o trabalho”, sempre focada no compromisso com a inclusão social e com a produção de soluções científicas e tecnológicas para os problemas sociais.

### 2.1. MISSÃO INSTITUCIONAL DO IFMT

*"Educar para a vida e para o Trabalho".*

### 2.2. VISÃO INSTITUCIONAL DO IFMT

“Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão”.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

### 3.1. INFORMAÇÕES GERAIS

**Nome do *Campus*:** *Campus* Sorriso

**Data da Criação do *Campus*:** 23 de abril de 2013

**Portarias:** Portaria de Autorização de Funcionamento nº 330/2013

**Publicação no Diário Oficial:** 24 de abril de 2013

**Endereço:** Avenida dos Universitários, 799, Bairro Santa Clara, CEP 78890-000, Sorriso –MT.

**Telefones:** (66) 3545-3700

**Site:** [www.srs.ifmt.edu.br](http://www.srs.ifmt.edu.br)

### 3.2. HISTÓRIA DO *CAMPUS*

A idealização de um *campus* do IFMT no município de Sorriso ocorreu no ano de 2008, quando observadas na região o crescimento populacional e econômico acima da média nacional, a alta produção de matéria prima, com ênfase na agricultura superior, a necessidade de qualificação em praticamente todas as áreas e as lacunas existentes na construção de estruturas para a oferta de cursos voltados para o desenvolvimento dos arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais. Diante disso, a partir de um movimento intitulado “Pró-IFMT”, surgem as discussões acerca da formação e qualificação profissional dos jovens e adultos trabalhadores e a necessidade de uma unidade do IFMT no município de Sorriso como forma de suprir essa necessidade formativa. Assim, a temática passou a ser discutida na pauta das autoridades do município.

Considerando a necessidade da institucionalização de programas e projetos educacionais voltados para atender às expectativas da comunidade, instalou-se no município de Sorriso-MT, no ano de 2009, nas dependências da Escola Municipal Ivete Lourdes Arenhardt, uma unidade extensiva do IFMT – *Campus* Cuiabá, com os seguintes cursos: Técnico em Gestão com habilitação em Secretariado e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

A partir do funcionamento da unidade extensiva, o projeto de implantação de um *campus* em Sorriso se fortaleceu. Por meio de audiências públicas, encontros e reuniões entre a sociedade local e os gestores do IFMT, no sentido de nortear os principais anseios da população da região e estabelecer parcerias entre o poder público municipal, representantes da classe empresarial e o Instituto, foi possível identificar algumas áreas do setor produtivo cujas demandas justificavam a transformação da unidade extensiva em *Campus* Avançado.

Assim, em maio de 2010, com o apoio do poder público municipal, o IFMT realizou o primeiro Concurso Público para Docentes e Técnicos Administrativos do *Campus* Avançado de Sorriso, ligado à Reitoria. A nomeação dos primeiros servidores ocorreu em maio/junho de 2011, o que marca o início das atividades do *Campus*.

Inicialmente os trabalhos foram desenvolvidos numa sala nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, cedida exclusivamente para *Campus* Sorriso. O funcionamento provisório nesse espaço ocorreu pela necessidade da conclusão da reforma do prédio cedido pela Prefeitura de Sorriso, onde atualmente funciona a unidade de ensino do Instituto, provisoriamente, até que seja concluída a construção da sede própria, prevista para dezembro de 2014.

A atuação da comunidade e do poder público local foi fundamental no processo de implantação do *Campus* Sorriso. A Prefeitura Municipal não só cedeu o prédio localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 543, como forma de viabilizar o início imediato das atividades do então *campus* avançado, mas também efetuou a doação de um terreno localizado no bairro Santa Clara, onde atualmente está sendo construído o prédio definitivo do Instituto. Em 2014, quando a instituição já havia conquistado a autorização para a transformação do *Campus* Avançado de Sorriso em *Campus* Sorriso do IFMT, garantindo maior autonomia administrativa e ampliando sua capacidade de oferta de ensino, pesquisa e extensão, a prefeitura municipal fez uma nova doação: uma área agrícola de 72,6 hectares, como contrapartida para a criação do Núcleo Experimental, que servirá de laboratório para as experimentações e aulas práticas a todos os cursos da instituição.

Assim, um novo cenário educacional começa a ser desenhado no município de Sorriso, com vistas a desenvolver a educação não apenas como processo produtivo, mas especialmente como processo da cidadania, estimulando o retorno de investimento para o município/região e oportunizando à população acesso a educação pública de qualidade e a profissionalização articulada com as reais demandas do setor produtivo local.

Com isso, o IFMT *Campus* Sorriso vai se consolidando como instituição de ensino, pesquisa e extensão, capaz de oferecer sólida formação acadêmica e contribuir para o desenvolvimento social e produtivo da região.

### 3.3. PERFIL DO *CAMPUS* SORRISO

Foi considerando o perfil institucional do IFMT, o contexto sócio-econômico do médio norte do Mato Grosso e a necessidade de articulação das políticas educacionais e de formação profissional com as demandas reais da comunidade e do setor produtivo local e regional, que o *Campus* Sorriso foi se desenvolvendo e se estabelecendo enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão especializada na oferta de educação profissional, científica e tecnológica em diferentes níveis e modalidades.

O perfil institucional do *Campus* Sorriso, portanto, identifica-se com a própria história dos CEFETs Cuiabá e Mato Grosso e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, três ex-autarquias que deram origem ao IFMT, ao mesmo tempo que traduz o que se considera o ideal pedagógico de uma instituição situada na região interiorana do Médio Norte do estado de Mato Grosso, num contexto

Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

marcado pelo crescimento populacional das cidades, pela expansão da agricultura e da pecuária e pelo crescimento da indústria e do comércio.

Neste contexto, o IFMT - *Campus* Sorriso, na qualidade de instituição educativa, atua na instância social da formação humana, considerando as questões identitárias pujantes e latentes de uma região em expansão. Nesse sentido, a história desta instituição funde-se com a história da região, considerando que o desenvolvimento de ambos é recente e ainda não consolidado.

Na condição de Capital Nacional do Agronegócio e com um desenvolvimento industrial crescente, a cidade de Sorriso recebeu o *campus* do IFMT como uma solução para problemas considerados centrais no processo de desenvolvimento e crescimento da região, que consiste basicamente na falta de profissionais qualificados para atender às demandas do setor produtivo, bem como para impulsionar a economia e a cultura local.

Por outro lado, o ideal do IFMT estabelece que a sua função principal diz respeito à educação, à profissionalização, à produção e disseminação do conhecimento e da tecnologia. Assim, é inerente ao *Campus* Sorriso a difusão da cultura, a investigação científica, a educação holística, o ensino das profissões e, finalmente, a prestação de serviços à sociedade mediante o desenvolvimento de atividades de extensão. Essa definição torna evidente que o papel do *campus* extrapola o âmbito restrito do ensino das profissões promovidas em seus cursos, constituindo-se como instituição:

- Pública de qualidade;
- Comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região do Médio Norte do Mato Grosso;
- Democrática, que respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- Que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo as condições de acesso e permanência no ensino básico e superior, especialmente da população mais necessitada do campo e da cidade;
- Que tem a agricultura e a pecuária como setores estruturadores e dinamizadores do processo de desenvolvimento.
- Que tem como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente.

- Formadora na área de produção agrícola com uso de alta tecnologia, levando em conta a sustentabilidade;
- Disseminadora de tecnologia com ênfase em processos tecnológicos;
- Formadora de profissionais que venham a atuar no mundo do trabalho com ética e responsabilidade;
- Preocupada com a qualidade dos serviços e comprometida com a formação continuada dos servidores docentes e técnicos administrativos;

O Instituto compreende ainda a necessidade de uma educação emancipadora que, numa perspectiva histórica, aponte para a superação das desigualdades de classe, gênero, raça e quaisquer outras que possam ser entendidas como forma de violência social, rompendo com relações pautadas pelo poder econômico em detrimento dos valores humanos (Jonas *et al*, 2007). Além de pautar-se por uma cultura de paz e solidariedade integrada à mobilização do povo contra toda e qualquer ofensiva à soberania nacional.

Hoje o *Campus* Sorriso figura entre as principais instituições de ensino do Norte do Mato Grosso, sendo destaque entre as instituições de nível médio/técnico e superior da microrregião do Alto Teles Pires.

#### 3.4. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO *CAMPUS*

É possível extrair-se das linhas anteriores que o *Campus* Sorriso, seguindo os anseios da comunidade local, o contexto regional, e os objetivos do IFMT, optou por atuar prioritariamente nas áreas relacionadas ao agronegócio, à agricultura de precisão, à produção de grãos, à produção e industrialização de alimentos, à pecuária, à sustentabilidade ambiental, à formação de professores, entre outras áreas articuladas a partir de eixos tecnológicos que permitem a verticalização do ensino e a progressão gradativa dos estudantes, passando por diferentes níveis da formação acadêmica sem precisar mudar de localidade ou de instituição.

Inicialmente, em razão da vocação econômica e sócio-cultural da região, o *Campus* investiu na consolidação de cursos técnicos e tecnológicos voltados à produção de grãos, à indústria alimentícia e à sustentabilidade ambiental. Foi então que surgiram os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e de Tecnologia em Produção de Grãos e o curso Técnico em



Alimentos Integrado ao Ensino Médio, todos com início em 2012. Cursos esses que formaram as primeiras turmas em dezembro de 2014. Em 2015, outros dois cursos deram início no *Campus*: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Bacharelado em Engenharia Agrônômica. No ano de 2016, foi ofertada a primeira turma de pós-graduação *lato sensu* do Campus, Especialização em Docência no Ensino Superior, e em 2018, a segunda turma, cada uma com 50 alunos matriculados. Também no ano de 2018, foi ofertada a primeira turma de pós-graduação *lato sensu* em Especialização em Educação Ambiental.

Atualmente, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), o IFMT *Campus* Sorriso concentra-se no planejamento pedagógico e estrutural para ofertar cursos e vagas em cinco eixos tecnológicos distintos, a saber: 1) Eixo Recursos Naturais: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Tecnologia em Produção de Grãos, Especialização em Ciências Agrárias; 2) Eixo Alimentos: Técnico em Agroindústria Subsequente, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, Bacharelado em Engenharia de Alimentos; 3) Eixo Ambiente e Saúde: Técnico em Meio Ambiente, Tecnologia em Gestão Ambiental, e; 4) Eixo Formação de Professores: Licenciatura em Ciências da Natureza - Química, Licenciatura em Ciências da Natureza - Física, Especialização em Docência no Ensino Superior, Especialização em Educação Ambiental, Especialização em Ensino de Ciências. Quando plenamente implantados, os novos cursos atenderão aproximadamente 1400 alunos regularmente matriculados.

Ressalta-se que o IFMT *Campus* Sorriso atua com foco na oferta de ensino, pesquisa e extensão dentro dos eixos supracitados, com cursos de curta, média e longa duração, nas modalidades:

- Formação Inicial e Continuada (FIC); Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Integrado ao Ensino Médio e Subsequente; Educação Superior: em nível de Graduação em tecnologia, licenciatura e bacharelado; e em nível de Pós-Graduação: especialização *lato sensu*.

Ademais, o campus poderá expandir a sua atuação para novas áreas, conforme as condições financeira, estrutural e de pessoal e as demandas da comunidade local.

### 3.5. VOCAÇÃO

O IFMT *Campus* Sorriso está inserido numa região em franco desenvolvimento, com oportunidades crescentes de trabalho, emprego e renda. Essas características têm atraído pessoas de diferentes regiões do país, que migram para o município em busca de melhores condições de vida.

Nesta perspectiva, a alteridade, entendida como a ação que envolve e respeita as diferenças, se constitui como referencial importante para viabilizar uma educação para a liberdade e a autonomia. Apoiado nesses pressupostos é que se desenvolve a vocação natural e primeira dessa instituição, ao assumir a ética social e ambiental como seu referencial de ação, para promover formação de pessoas que se orgulhem da justiça, da honestidade, da partilha e do compromisso coletivo de bem estar e felicidade, com dignidade e salubridade para todos.

Por outro lado, considerando as oportunidades de trabalho existentes na região, observa-se que há uma necessidade real de uma Instituição que exerça o papel formador, com o intuito de gerar conhecimento técnico e científico, oportunizando maior empregabilidade e consistência de renda bem como prosseguimento de estudos.

Esta região está vocacionada para as áreas ligadas às cadeias produtivas agrícolas. A sua participação é significativa em um comparativo na economia do estado. Cabe, portanto, ao *Campus* Sorriso formar profissionais que conciliem o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental.

Assim, a vocação do IFMT *Campus* Sorriso se constitui no atendimento às necessidades concretas da população regional e do desenvolvimento das suas articulações produtivas, sociais, culturais e ambientais.

### 3.6. PRINCÍPIOS E VALORES

Em conformidade com o PDI (2019-2023), os valores do IFMT são: Ética, Inovação, Legalidade, Transparência, Sustentabilidade, Profissionalismo, Comprometimento e Respeito ao cidadão.

O IFMT *Campus* Sorriso, em sua atuação, procura observar ainda os seguintes princípios norteadores, previstos na lei 11.892/2008:

*I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, publicidade e gestão democrática;*

*II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;*

*III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos educacionais, locais, sociais e culturais;*

*IV - inclusão de pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; e*

*V - natureza pública e gratuita do ensino regular, sob a responsabilidade da União;*

### 3.7. FINALIDADES

Considerando a transformação da educação brasileira e conseqüentemente, o surgimento de novas funções sociais e novos campos de atuação, com finalidades formativas específicas, o *Campus Sorriso* traz grandes expectativas de formação profissional para a região, da mesma forma que o processo da Rede Federal de Ensino Técnico/Tecnológico já aponta para um resultado mais efetivo nos aspectos da democratização do ensino e inclusão da população menos favorecida.

Sendo a educação e a produção e disseminação do conhecimento inerentes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conforme previsto no seu PDI, o *Campus Sorriso*, pautado na formação humanística, possui a finalidade de proporcionar à comunidade por meio da educação pública de qualidade:

- Desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- Ensino gratuito de qualidade com ênfase nas necessidades da sociedade local e regional;
- Inclusão, respaldada na diversidade sociocultural e étnica.
- Capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo e desenvolvimento científico e tecnológico;
- Produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

#### **4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO**

O estado de Mato Grosso é o terceiro estado brasileiro em dimensão territorial com uma área de 901.420 km<sup>2</sup>, representando 10,55% do território nacional. Dentre as características relevantes, destaca-se a riqueza e a diversidade de seus recursos naturais encontrados nos biomas do cerrado, da Amazônia e do Pantanal. A maior parte das terras, contudo, encontra-se dentro dos limites da região geoeconômica da Amazônia ou complexo regional amazônico.

Desde a sua ocupação, no século XVIII, a economia de Mato Grosso baseou-se na agricultura (inicialmente de subsistência) e na pecuária extensiva. A partir da década de 70, com a política de incentivos fiscais e forte ação estatal, houve a implantação de grandes projetos agropecuários, atraindo importantes empresas agroindustriais, tanto de capitais nacionais quanto estrangeiros. Com isso ocorreram significativas transformações em sua base produtiva, com a agropecuária tradicional cedendo espaço para uma agricultura e a uma pecuária em franca modernização.

Hoje o estado se destaca na pecuária, ocupando atualmente a liderança nacional em relação ao rebanho bovino, com cerca de 30 milhões de cabeças, (IBGE, 2018). Além disso, Mato Grosso também é referência na produção de aves e suínos e apresenta crescimento acelerado destes rebanhos a cada ano, em função da integração entre agricultura e pecuária.

O município de Sorriso pertence à região do médio norte de Mato Grosso, possui 9.293,629 km<sup>2</sup> e está situado na rodovia BR 163, km 752. Situado na região central de Mato Grosso, às margens da BR-163, o município de Sorriso está entre as dez maiores cidades do Estado. Sua população, estimada em 94.941 mil habitantes em 2021 (IBGE), é constituída por migrantes de todas as regiões do País, principalmente do Sul e Nordeste. É formado por três distritos. São eles: Distrito de Boa Esperança, (distante 140 quilômetros da sede), Distrito de Caravágio (distante 60 quilômetros da sede) e Distrito de Primavera (distante 40 quilômetros da sede). Fica situado na região central de atuação do Consórcio Intermunicipal do Alto Teles Pires, com abrangência sobre 14 municípios (Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, Tapurah, Santa Rita do Trivelato, Santa Carmem, Vera, Feliz Natal, Nova Ubitatã, Ipiranga do Norte, Cláudia, União do Sul, e Itanhangá).

O município é considerado a Capital Nacional do Agronegócio (Lei nº 12.724 de 16/10/2012). Sua economia é baseada principalmente na agricultura, sendo também o maior produtor de soja do mundo. O município alcançou, em 2019, de acordo com o IBGE, o maior valor de produção agrícola do País, totalizando R\$ 3,9 bilhões, 19,7 % acima da produção do ano anterior. O aumento do valor de produção está relacionado diretamente ao uso de novas tecnologias e ao volume de produção, que também tem aumentado ano após ano, destacando o município de Sorriso como maior produtor de soja e milho do país, segundo dados do IBGE de 2019.

Como consequência desse movimento produtivo vertiginoso e marcadamente tecnológico, ocorre, numa relação quase que de dependência, de outra parte, a necessidade de ampliação da oferta de qualificação profissional, pois que as oportunidades de trabalho e renda nessa área estão cada vez mais atreladas ao domínio das técnicas e das tecnologias (por parte do trabalhador) empregadas no processo produtivo. De outra parte, há também a necessidade de qualificação profissional voltada para a agricultura familiar, no município de Sorriso. Aliás, é na agricultura familiar que está o nosso maior compromisso, como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão. E no município de Sorriso, em que pese a predominância das grandes propriedades, atualmente existem mais de 550 famílias vivendo em pequenas propriedades familiares, produzindo leite, frutas, hortaliças, carnes, entre outros produtos que abastecem as feiras municipais e o mercado local, servindo de base para a alimentação diária da população.

Para esse setor produtivo que envolve o pequeno agricultor familiar, os principais desafios estão relacionados à viabilidade econômica e gestão da propriedade; ao cultivo orgânico; aos sistemas integrados de produção; aos métodos e técnicas alternativos e de baixo custo para a propriedade e para a produção; à organização cooperativa; ao processamento de produtos de origem animal e vegetal; à produção animal de pequeno porte integrada à fruticultura; à piscicultura em tanque escavado; à adubação orgânica; à produção de aves caipiras; à produção de hortaliças; à apicultura; ao controle de qualidade no processamento, armazenamento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; ao uso racional da água e da energia; à operacionalização e manutenção de máquinas e equipamentos de pequeno porte; à nutrição alternativa de animais e plantas; ao controle biológico de pragas; entre outros.

Enfim, o setor agropecuário é o grande vetor do desenvolvimento socioeconômico do município de Sorriso, restando evidente a necessidade de se investir em formação profissional nessa área, gerando oportunidade de emprego e renda para a população. Segundo os dados do IBGE, em 2019, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. Considerando domicílios com

rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30% da população nessas condições, o que o colocava na posição 136 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 4669 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Ao longo de sua trajetória, o trabalho pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT tem sido orientado pelo propósito de educar os jovens sob seus cuidados para que estejam aptos a exercer sua cidadania de forma crítica, solidária e construtiva. Em sua missão institucional, o IFMT pauta sua ação educativa de forma a propiciar situações de aprendizado que colaborem para a formação de identidades baseadas tanto em princípios de responsabilidade quanto de solidariedade.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de formar profissionais cidadãos de nível técnico, com competência, ética, com elevado grau de responsabilidade social e que adquiram um perfil que lhes permita atuar, com eficiência, no reconhecimento, avaliação e gerenciamento das questões produtivas relacionadas à agropecuária. Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso oportuniza à sociedade mato-grossense a qualificação necessária à demanda de profissionais que o Estado apresenta, contribuindo assim na construção do conhecimento, na formação de pessoas e na inclusão social.

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio visa formar profissionais competentes e tecnicamente preparados para os desafios do mundo da vida e do trabalho, com olhar empreendedor, gerencial e inovador. A saúde financeira da atividade agropecuária e a prosperidade dos agricultores e pecuaristas são tidas como primordiais. Ao mesmo tempo, novas estratégias e tecnologias devem ser propostas para a diversificação da atividade produtiva no setor agropecuário, aliando a produção animal e os demais componentes do setor agropecuário, promovendo a integração entre os sistemas produtivos como a agricultura e a silvicultura, objetivando sustentabilidade ambiental, social e econômica. Além disso, cabe destacar a necessidade de preparar o egresso deste curso para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas crescentes transformações tecnológicas que vêm ocorrendo na Agropecuária, como o aumento da produtividade, monitoramento de pragas e doenças, redução de custos, diminuição do desperdício e rastreabilidade da produção.

Este curso técnico busca ainda desenvolver no estudante habilidades de comunicação e de trabalho em equipe multidisciplinar, atuando em ambientes naturais, urbanos e rurais, nas esferas pública, privada ou organizações não governamentais, para que o mesmo possa atuar em atividades ligadas ao setor agropecuário, respeitando a cultura e a história local, fazendo uso

racional dos recursos naturais e executando planos de ação e manejo destes recursos de forma crítica, criativa e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento de projetos e ações que visam diminuir as desigualdades sociais, através da educação e da inserção das comunidades nas atividades produtivas sustentadas.

A escolha pela adoção de parte da carga horária do curso na modalidade de educação a distância, conforme dispõe o Parecer CNE-CEB nº 17/2020 e Resolução nº CNE/CP 1/2021, foi motivada pela necessidade de propiciar flexibilidade de espaço e tempo aos estudantes e professores deste curso. De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional do IFMT (PDI 2019-2023), “A Educação a Distância, que tem se consolidado junto aos processos de ensino e aprendizagem contemporâneos, se beneficia da colaboração e da mediação para aproximar estudantes e instituição de ensino, independente do lugar e tempo onde cada um destes estejam”. (PDI, 2019, p. 60).

Sendo assim, e considerando a distribuição da carga horária presencial em dois dias por semana, a acessibilidade à internet e a disponibilidade de laboratórios de informática no Campus Sorriso para o atendimento dos estudantes, a meta do PDI elevar a 50% o percentual de cursos presenciais que ofertam parte do currículo a distância, entende-se que a oferta de parte do curso a distância beneficiará a aprendizagem dos estudantes e contribuirá para a garantia da qualidade do curso. É sabido que os estudos na modalidade a distância permitem aos estudantes o desenvolvimento da autonomia, da disciplina e o protagonismo do seu aprendizado.

## **5. OBJETIVOS DO CURSO**

### **5.1. OBJETIVO GERAL**

Formar profissionais capazes de atuar de forma responsável, participativa e criativa na atividade produtiva e na solução de problemas do setor agropecuário, na área de produção e transformação vegetal e/ou animal e de conservação do meio ambiente, desenvolvendo saberes e valores necessários à organização social, política e econômica.

### **5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Capacitar o educando na utilização de técnicas de gestão do próprio trabalho e do trabalho em equipe, visando melhorar seu potencial de negociação frente a sua área de atuação;

- Desenvolver a competência do raciocínio lógico e senso crítico;
- Propiciar meios para que o educando manifeste suas dúvidas, ideias e opiniões a fim de serem esclarecidas, discutidas, criticadas, avaliadas ou aperfeiçoadas;
- Permitir ao educando a aquisição das condições de acesso ao mercado de trabalho;
- Ofertar formação diversificada e de qualidade, capaz de responder eficazmente às necessidades das empresas e dos jovens que buscam sua empregabilidade mais rápida e geração de renda;
- Fomentar a capacidade de produção individual ou em grupo, que possa com o seu saber criativo contribuir para a melhoria da produção e da qualidade de vida;
- Incentivar o educando a continuidade de seus estudos, em cursos de atualização, aperfeiçoamento, graduação e especialização.
- Preparar tecnicamente o educando para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária.
- Propiciar o domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a sua aplicabilidade no mundo do trabalho.

## 6. DIRETRIZES

Diretrizes e Legislações aplicadas aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente ao Nível Médio.

### 6.1 DIRETRIZES GERAIS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título I, Capítulo II (Dos Direitos Sociais); Título III, Capítulo II (Da União); Título VIII, Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) e Capítulo IV (Da Ciência e Tecnologia).

Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.

Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.



Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002. Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Portaria nº 3.156, de 28 de maio de 1987. Cria, no Quadro de Atividades e Profissões a que alude o art. 577 da CLT, o 34º grupo – “TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE NÍVEL MÉDIO (2º grau)” – e o 35º grupo – “TÉCNICOS AGRÍCOLAS DE NÍVEL MÉDIO (2º grau)” – do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases (LDB), especialmente a Seção IV-A, com redação dada pela Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Lei 11. 741/2008. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, destacando os artigos 3º e 4º;

Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011. Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Parecer CNE/CP 17/2020 “Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Parecer CNE/CEB nº 8/2014, aprovado em 9 de outubro de 2014 – Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

Resolução CNE/CEB 3/2018 Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Resolução CNE/CP 1/2021 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

Resolução CNE/CEB 2/2020 Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;

Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

Resolução CONSUP N° 081, de 26 de novembro de 2020. Aprova o Regulamento Didático do IFMT;

Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT (2019-2023).

## **7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO**

**Acesso:** O ingresso no Curso Técnico em Agropecuária, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso no município de Sorriso, dar-se-á mediante Edital do IFMT, conforme critérios e formas estabelecidas nos regulamentos internos, na legislação pertinente e no convênio com o município. Serão ofertadas 40 vagas, respeitando a reserva de vagas conforme legislação em vigor.

**Núcleo de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas – NAPNE:** O Campus Sorriso dispõe de mecanismos de favorecimento ao ingresso e permanência de pessoas com necessidades específicas no curso, sem perder de vista os princípios democráticos e a busca da equidade. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE atua na articulação de pessoas, instituições e no desenvolvimento de ações no âmbito interno, envolvendo sociólogos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, supervisores e orientadores educacionais, técnicos administrativos, docentes, discentes e pais.

## **8. PÚBLICO ALVO**

O Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - *Campus Sorriso*, ofertado no município de Sorriso, tem como público-alvo: egressos do Ensino Médio, jovens e adultos ligados à agricultura familiar.

O curso admitirá número máximo de 40 alunos por turma, deverá ser integralizado em no mínimo de 04 (quatro) semestres e no máximo 08 (oito) semestres e funcionará nas sextas-feiras no período noturno e aos sábados nos períodos matutino e vespertino, com parte das atividades em EaD. Eventualmente, as aulas práticas e visitas técnicas poderão ocorrer em dias e horários alternativos, de acordo com a programação da disciplina.

Aprovado pela Resolução n° 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução n° 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

## 9. INSCRIÇÃO

A inscrição será realizada de forma *on-line* no site do IFMT no endereço [www.selecao.ifmt.edu.br](http://www.selecao.ifmt.edu.br). Esse procedimento seguirá o cronograma e as orientações previstas em Edital específico a ser publicado pela Diretoria de Políticas de Ingresso do IFMT.

## 10. MATRÍCULA

Segundo o Regulamento Didático do IFMT (2020), matrícula é o ato formal pelo qual se dá a vinculação acadêmica do candidato ao IFMT após a aprovação e classificação em processo seletivo, mediante a apresentação dos documentos exigidos no edital. A matrícula será efetivada pelo candidato ou por seu representante legal no local, dia e horário a serem divulgados no edital do processo seletivo e também na lista dos candidatos aprovados.

A matrícula será realizada por componente curricular, exceto no primeiro semestre, a qual será efetivada, obrigatoriamente, em todos os componentes curriculares do ano/semestre.

É de responsabilidade do discente ou seu representante legal a veracidade dos documentos apresentados, sob pena de invalidação de sua matrícula a qualquer tempo, se comprovada falsidade de informações. Todos os documentos exigidos no edital deverão estar legíveis e sem rasuras.

O candidato que não comparecer para a realização da matrícula no período fixado para tal ou não apresentar a documentação exigida, perderá a vaga e será eliminado do processo seletivo. A matrícula somente será realizada no curso e turno escolhidos no ato da inscrição do processo seletivo.

As chamadas para matrícula deverão ocorrer até o preenchimento total das vagas ofertadas, desde que o período letivo do curso não ultrapasse 25% do total da carga horária.



## 11. TRANSFERÊNCIA

Os processos de transferências Interna e Externa deverão ser avaliados diante das normas contidas no Regulamento Didático do IFMT/2020, bem como as prerrogativas legais que possibilitam esse procedimento, com vistas na formação proposta pelo curso (de origem e recebimento), do currículo do curso, da carga-horária das disciplinas, do período de integralização do currículo, da disponibilidade de vagas, dos procedimentos administrativos, do calendário escolar, e de outros fatores internos ao Campus Sorriso.

## 12. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO

De acordo com o quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Agropecuária será habilitado para:

- Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais.
- Elaborar, projetar e executar projetos de produção agropecuária, aplicando as Boas Práticas de Produção Agropecuária (BPA).
- Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.
- Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.
- Prestar assistência técnica às áreas de crédito rural e agroindustrial, de topografia na área rural, de impacto ambiental, de construção de benfeitorias rurais, de drenagem e irrigação.
- Realizar a produção de mudas e sementes, em propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação.
- Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
- Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais.
- Aplicar métodos e programas de melhoramento genético.

- Prestar assistência técnica na aplicação, na comercialização, no manejo de produtos especializados e insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas).
- Interpretar a análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratos culturais.
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas.
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
- Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários.
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial.
- Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial.
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária.
- Manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).
- Aplicar técnicas de bem-estar animal na produção agropecuária.
- Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente.
- Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água.
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos agropecuários e animais.
- Executar a gestão econômica e financeira da produção agropecuária.
- Administrar e gerenciar propriedades rurais.
- Realizar procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais.
- Operar, manejar e regular máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.

**Para a atuação como Técnico em Agropecuária, são fundamentais:**

Conhecimentos e saberes relacionados à produção agropecuária, à produção e ao processamento de alimentos, à fitossanidade e à proteção ambiental.

- Atualização em relação às inovações tecnológicas.
- Cooperação de forma construtiva e colaborativa nos trabalhos em equipe e tomada de decisões.

- Adoção de senso investigativo, visão sistêmica das atividades e processos, capacidade de comunicação e argumentação, autonomia, proatividade, liderança, respeito às diversidades nos grupos de trabalho, resiliência frente aos problemas, organização, responsabilidade, visão crítica, humanística, ética e consciência em relação ao impacto de sua atuação profissional na sociedade e no ambiente.

### 12.1. DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO E ATUAÇÃO

De acordo com a Resolução CONFEA nº 1057, de 31 de julho de 2014, serão atribuídas ao Técnico em Agropecuária, as competências e as atividades profissionais descritas pelo Decreto nº 90.922, de 1985, respeitados os limites de sua formação. Sendo assim, este projeto estabelece as seguintes atribuições:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;

IV - responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de:

a) crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio;

b) topografia na área rural;

c) impacto ambiental;

d) horticultura;

e) construção de benfeitorias rurais;

f) drenagem e irrigação;

V - elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;

VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

- a) coleta de dados de natureza técnica;
- b) desenho de detalhes de construções rurais;
- c) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra;
- e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas;
- f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;
- g) administração de propriedades rurais;

VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

VIII - responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de:

- a) exploração e manejo do solo, de acordo com suas características;
- c) propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;
- d) obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
- e) programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
- f) produção de mudas (viveiros) e sementes;

IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

X - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;



- XI - emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;
- XII - prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulação de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;
- XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;
- XIV - prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;
- XVII - analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;
- XVIII - identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas;
- XIX - selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;
- XX - planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários;
- XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- XXIII - elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- XXV - implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- XXVII - projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;

XXVIII - realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas;

XXIX - emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;

XXX - responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos;

XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

### **13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

O Projeto Pedagógico do Curso está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFMT e se fundamenta no conceito de currículo em que o mesmo “deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento” (PDI/IFMT, 2019, p. 48).

Na visão do IFMT, conforme PPI, tais atividades visam à formação integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária.

A organização curricular tem como princípios norteadores dois eixos essenciais: o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (Parecer CNE/CEB nº 5/2011), orientados pelo eixo estruturante do trabalho como princípio educativo e pela integração das dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

O Curso Técnico em Agropecuária está organizado em quatro semestres. A formação profissional está permeada em todos os semestres do curso com a concepção de articular teoria e prática através de uma sólida base de conhecimentos científicos e tecnológicos. Com uma carga horária total de 1300 horas, o curso integra disciplinas da base comum, concentradas em torno da matemática e da linguagem; além das disciplinas específicas da formação profissional. Esta carga horária será trabalhada em aulas presenciais de sessenta minutos e também a distância dentro do

percentual permitido, ou seja, até 20% (Parecer CNE/CEB nº 17/2020 e Resolução CNE/CP 1/2021)

Conforme preceitua o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu Art. 3º § 2º, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) será ofertada como disciplina curricular optativa e oportunizará em seu currículo, a formação e reflexão acerca da inclusão e garantia de todos à educação de qualidade.

O Projeto Pedagógico de Curso também contemplará no contexto curricular das disciplinas o estudo e reflexão acerca das Políticas de Educação Ambiental, de acordo com o Art. 2º da Lei nº 9.795/1999 que estabelece que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Os conteúdos serão integrados às disciplinas do curso, de modo transversal, contínuo e permanente, no formato de Atividades Complementares (debate, palestra, mesas temáticas, entre outros).

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dispostos na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, serão ministrados no âmbito de todo o currículo, em especial nas disciplinas da área de linguagem e também através do resgate da contribuição histórica da cultura afro-brasileira e indígenas nos processos tecnológicos do setor agroindustrial.

Os conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos, conforme preceitua a Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012, estarão presentes na organização curricular, sendo orientados pela transversalidade, por meio dos temas: Diversidade, Inclusão, Gênero, Direitos do idoso (Lei nº 10.741/2003), Direitos da Criança e do adolescente (ECA - Lei nº 8069/1990), Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/97). Os conteúdos serão trabalhados de acordo com o que estabelece o Decreto nº 7.037/2009, que Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, integrados às disciplinas do curso, de modo transversal, contínuo e permanente, no formato de Atividades Complementares (debate, palestra, mesas temáticas, entre outros).



### 13.1. DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Por se tratar de um curso em que as aulas estão concentradas em dois dias da semana, sexta-feira no período noturno e sábado, matutino e vespertino, a possibilidade de se reservar parte do currículo para ser estudado a distância facilitará a comunicação entre estudantes e professores e entre os estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Conforme o PDI,

O AVA é utilizado como um espaço de aprendizagem, um conjunto de ferramentas disponíveis aos estudantes e docentes e tutores para a efetivação das propostas didático-pedagógicas, rompendo a ideia de sala de aula convencional para o de aprendizagem sem barreiras. Considerado muito além de repositório de materiais, possibilita a interação entre pessoas de diferentes realidades na formação de grupos de estudo e comunidades virtuais de aprendizagem, bem como o acesso rápido a material contemporâneo, permitindo o emprego de variados recursos pedagógicos interconectados, situação que multiplica o número de opções de estratégias pedagógicas para o aprendizado. (2019, p. 140)

Das 16 horas semanais de aula, 03 horas serão reservadas para serem ministradas a distância, conforme descrito na matriz curricular, o que corresponde a 18,2% do curso. Essa carga horária poderá servir para aprofundamento dos conteúdos estudados presencialmente ou como parte introdutória para as aulas presenciais, conforme o planejamento do docente buscando sempre a integração entre os percursos metodológicos presenciais e a distância da disciplina. As diretrizes metodológicas a serem adotadas pelos docentes estão descritas no item nº 15 deste Projeto Pedagógico.

### 13.2. INDICADORES DA MATRIZ CURRICULAR

Número de alunos por Turma (máximo)	40 alunos
Quantidade de turma por ingresso	01
Número de dias letivos semanais	06 dias
Tempo de duração da aula	60 minutos



Carga horária diária	180 minutos (03 horas) no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)  240 minutos (04 horas) às sextas-feiras  540 minutos (09 horas) aos sábados			
Carga horária semanal	960 minutos (16 horas)*			
Carga horária no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	237 horas (18,2% da carga horária total do curso)			
Carga horária dos módulos	1º módulo: 316 h	2º módulo: 336 h	3º módulo: 312 h	4º módulo: 336 h
Carga horária Total do Curso	1.300 horas			

\* Com exceção das disciplinas de Políticas públicas e legislação ambiental (28 horas), Administração rural e projetos empresariais (24 horas), Processamento de Produtos de Origem Animal (40 horas) e Processamento de Produtos de Origem Vegetal (40 horas), que terão algumas semanas com 12 horas.

O Curso Técnico em Agropecuária está organizado em módulos, com duração total mínima de quatro semestres. A Formação Profissional está permeada em todos os semestres do curso com a concepção de articular teoria e prática na formação do profissional. Além disso, é uma forma de inserir o aluno no mundo do trabalho e propiciar uma vivência mais consistente na área.



### 13.3. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO

T = Teórica P = Prática AVA= Ambiente Virtual de Aprendizagem

	Disciplinas	Carga Horária			Carga Horária Total (Relógio)
		Teórica		Prática	
		AVA	Presencial		
<b>1º Módulo</b>	Informática básica	3	5	8	16
	Português	3	5	8	16
	Matemática básica	3	5	8	16
	Morfologia e fisiologia vegetal	6	10	16	32
	Cooperativismo, associativismo e extensão rural	6	10	16	32
	Defensivos agrícolas	6	10	16	32
	Entomologia	6	10	16	32
	Fitopatologia	6	10	16	32
	Uso, manejo e conservação de solo	6	10	16	32
	Políticas públicas e legislação ambiental	3	9	16	28
	Topografia	9	12	27	48
<b>Total do 1º Módulo</b>		<b>57</b>	<b>96</b>	<b>163</b>	<b>316</b>
<b>2º Módulo</b>	Plantas daninhas	6	10	16	32
	Desenho e construções rurais	9	12	27	48
	Máquinas e mecanização agrícola	9	12	27	48
	Irrigação e drenagem	9	12	27	48
	Fertilidade do solo	6	10	16	32
	Nutrição e adubação de plantas	6	10	16	32



	Anatomia, fisiologia e saúde animal	6	10	16	32
	Nutrição animal e forragicultura	9	12	27	48
	Apicultura	3	5	8	16
	<b>Total do 2º Módulo</b>	<b>63</b>	<b>93</b>	<b>180</b>	<b>336</b>
<b>3º Módulo</b>	Olericultura I	6	8	18	32
	Olericultura II	6	8	18	32
	Fruticultura I	6	8	18	32
	Fruticultura II	6	8	18	32
	Culturas anuais I	6	8	18	32
	Culturas anuais II	6	8	18	32
	Administração rural e projetos empresariais	3	5	16	24
	Defesa sanitária vegetal	3	5	8	16
	Avicultura	9	12	27	48
	Piscicultura	6	8	18	32
	<b>Total do 3º Módulo</b>	<b>57</b>	<b>78</b>	<b>177</b>	<b>312</b>
<b>4º Módulo</b>	Ovinocultura	6	10	16	32
	Suinocultura	9	12	27	48
	Bovinocultura	12	20	32	64
	Beneficiamento e armazenamento de grãos e sementes	6	10	16	32
	Pós-colheita de frutas e hortaliças	6	10	16	32
	Agroecologia	6	10	16	32
	Gestão ambiental	3	5	8	16
	Processamento de Produtos de Origem Animal	6	10	24	40
	Processamento de Produtos de Origem Vegetal	6	10	24	40



	<b>Total do 4º módulo</b>	<b>60</b>	<b>97</b>	<b>179</b>	<b>336</b>	
<b>Carga Horária Total do Curso</b>						<b>1.300 h</b>
LIBRAS (OPTATIVA)						64 h
Estágio curricular NÃO OBRIGATÓRIO						120 h

#### 13.4. FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR

<b>1º Módulo</b>	<b>2º Módulo</b>	<b>3º Módulo</b>	<b>4º Módulo</b>
Informática básica (16 horas)	Plantas daninhas (32 horas)	Olericultura I (32 horas)	Ovinocultura (32 horas)
Português (16 horas)	Desenho e construções rurais (48 horas)	Olericultura II (32 horas)	Suinocultura (48 horas)
Matemática básica (16 horas)	Máquinas e mecanização agrícola (48 horas)	Fruticultura I (32 horas)	Bovinocultura (64 horas)
Morfologia e fisiologia vegetal (32 horas)	Irrigação e drenagem (48 horas)	Fruticultura II (32 horas)	Beneficiamento e armazenamento de grãos e sementes (32 horas)
Cooperativismo, associativismo e extensão rural (32 horas)	Fertilidade do solo (32 horas)	Culturas anuais I (32 horas)	Pós-colheita de frutas e hortaliças (32 horas)
Defensivos agrícolas (32 horas)	Nutrição e adubação de plantas (32 horas)	Culturas anuais II (32 horas)	Agroecologia (32 horas)





**INSTITUTO FEDERAL**

Mato Grosso

Entomologia (32 horas)	Anatomia, fisiologia e saúde animal (32 horas)	Administração rural e projetos empresariais (24 horas)	Gestão ambiental (16 horas)
Fitopatologia (32 horas)	Nutrição animal e forragicultura (48 horas)	Defesa sanitária vegetal (16 horas)	Processamento de Produtos de Origem Animal (40 horas)
Uso, manejo e conservação de solo (32 horas)	Apicultura (16 horas)	Avicultura (48 horas)	Processamento de Produtos de Origem Vegetal (40 horas)
Políticas públicas e legislação ambiental  (28 horas)		Piscicultura  (32 horas)	
Topografia  (48 horas)			
<b>Carga Horária</b>  316 horas	<b>Carga Horária</b>  336 horas	<b>Carga Horária</b>  312 horas	<b>Carga Horária</b>  336 horas
	<b>LIBRAS</b>  64 horas	<b>Estágio Não Obrigatório</b>  120 horas	<b>Total do Curso</b>  1.300 horas



### 13.5. EMENTÁRIO

#### Componentes Curriculares do 1º Módulo

<b>Nome: Informática Básica</b>
<b>Carga Horária Total: 16 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 03 horas</b>
<b>Ementa</b>
Conceitos básicos da computação. Conceito de sistema operacional. Manipulação de arquivos. Utilização de aplicativos para escritório: processadores de texto, planilhas eletrônicas, apresentação multimídia. Internet, navegadores e software de correio eletrônico.
<b>Bibliografia Básica</b>
BARRIVIERA, O. <b>Introdução à informática</b> . Curitiba: LT. 2012. 152 p.  CARVALHO, A.C.P.L.F.; LORENA, A.C. <b>Introdução à Computação: Hardware, Software e Dados</b> . São Paulo: LTC - Grupo Gen. 2017. 200 p.  SCHIAVONI, M. <b>Hardware</b> . Curitiba: LT. 2010. 128 p.  VELLOSO, F. <b>Informática: conceitos básicos</b> . 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. 408 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
HARVEY, G. <b>Excel 2007 para leigos</b> . Editora: Alta Books. 2008.  LAUREANO, O. <b>Sistemas Operacionais</b> . Editora do Livro Técnico. 2010.  MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. <b>Estudo dirigido de informática básica</b> . 7ª ed. São Paulo: Érica. 2007.  REHDER, W. da S.; ARAÚJO, A. de F. <b>Impress: Recursos e Aplicações em Apresentação de Slides</b> . Editora: Viena. 2008.



WAN, W. **Microsoft Office 2007 para Leigos**. Editora: Alta Books. 2008.

**Nome: Português**

**Carga Horária Total: 16 Horas**

**Carga Horária AVA: 03 horas**

**Ementa**

Estudos de textos técnicos/comerciais aplicados à área de agropecuária, através de indicadores linguísticos: vocabulário; morfologia; sintaxe; semântica; grafia; pontuação; acentuação e indicadores extralinguísticos: efeito de sentido e contextos socioculturais; modelos preestabelecidos de produção de texto. Conceitos de coerência e de coesão aplicadas à análise e a produção de textos técnicos específicos da área de agropecuária: ofícios; memorandos; comunicados; cartas; avisos; declarações; recibos; carta-currículo; curriculum vitae; relatório técnico; contrato; memorial descritivo; memorial de critérios; técnicas de redação. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação. Princípios de terminologia aplicados à área de Agropecuária: glossário com nomes e origens dos termos utilizados por Agropecuária.

**Bibliografia Básica**

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**: Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. 37 ed. São Paulo: Lucerna. 2009.

FIORIN, J.L. **Para entender o texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática. 1997.

GARCIA, O.M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV. 2010.

**Bibliografia Complementar**



ANDRADE, M. M. **Língua Portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Ática. 2006.

CAVALCANTE, M.M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto. 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010.

Nome: **Matemática Básica**

**Carga Horária Total: 16 Horas**

**Carga Horária AVA: 03 horas**

### **Ementa**

Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Unidades de medida. Áreas e volumes. Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Análise de dados e indicadores. Probabilidade. Introdução à estatística.

### **Bibliografia Básica**

DANTE, L.R. **Matemática**: contexto e aplicações. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática. 2011. 496p.

DOLCE, O. **Fundamentos de matemática elementar: geometria plana**. v.9. Editora Atual.2013. 456p.

IEZZI, G. **Matemática**. São Paulo: Editora Atual. 2011. 720 p.

### **Bibliografia Complementar**

BIANCHINI, E. **Matemática**. 3ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Moderna. 1991. 206p.

BUIAR, C.L. **Matemática financeira**. Curitiba: Editora LT. 2010. 128p

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar**: conjuntos, funções. São Paulo: Editora Atual. 2013. 410p



Nome: <b>Morfologia e fisiologia vegetal</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Componentes protoplasmáticos das células vegetais. Organização dos organismos fotossintetizantes não produtores de sementes (criptógamas) e produtoras de sementes (fanerógamas): histórico e relações evolutivas, mecanismos de polinização, sistemas de classificação e nomenclatura, morfologia e fisiologia dos órgãos vegetativos e reprodutivos, importância econômica e ecológica.
<b>Bibliografia Básica</b>
FERRI, M.G. <b>Botânica: morfologia externa das plantas (organografia)</b> . 15 <sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Nobel. 2006. 150 p.  FERRI, M.G. <b>Botânica: morfologia interna das plantas (anatomia)</b> . 9 <sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Nobel. 2011. 114p.  NULTSCH, W. <b>Botânica Geral</b> . 10 <sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artmed. 2007. 489p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
FERRI, M.G.; MENEZES, N.L. de.; MONTEIRO, W.R. <b>Glossário ilustrado de botânica</b> . São Paulo: Nobel. 1981.  GLORIA, B.A. <b>Anatomia Vegetal</b> . 2 <sup>a</sup> ed. Viçosa: Editora UFV. 2001.  LORENZI, H. <b>Botânica Sistemática</b> . 3 <sup>a</sup> ed. São Paulo: Plantarum. 2012.  RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. <b>Biologia vegetal</b> . 6 <sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.  SOUZA, L.A. de. <b>Morfologia e Anatomia Vegetal: célula, tecidos, órgãos e plântula</b> . 1 <sup>a</sup> ed. Ponta Grossa: UEPG. 2009.  VIDAL, M.R.R. VIDA, W.N. <b>Botânica: Organografia</b> . 2 <sup>a</sup> ed. Viçosa: Editora UFV. 2009.



<b>Nome: Cooperativismo, associativismo e extensão rural</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. A história da Cooperação. O Associativismo e o acesso aos mercados; Formas Cooperativas/Associativas. Sindicatos Rurais (trabalhadores, empregados) e Condomínio Rural; A empresa cooperativa/associação: constituição, funcionamento e gestão. História e conceituação de Extensão Rural. Modalidades de práticas, pesquisas e ações de extensão rural. Extensão rural e as novas ruralidades: as populações tradicionais e o acesso à modernização agrícola. O desenvolvimento sustentável e a agroecologia. A dinâmica campo-cidade e a agricultura familiar. As políticas oficiais voltadas a extensão rural e a assistência técnica. Elaboração e aplicação de projetos de extensão rural.
<b>Bibliografia Básica</b>
BROSE, M. <b>Participação na extensão rural</b> : experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo editorial. 2004.  FONSECA, M.T.L. <b>A extensão rural no Brasil</b> : um projeto educativo para o capital. 3 <sup>a</sup> ed. São Paulo: Loyola. 1999.  VIANA, J. N. <b>Agroecologia</b> : um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.
<b>Bibliografia Complementar</b>
BRACAGIOLI NETO, A. (Org.). <b>Sustentabilidade e Cidadania</b> : O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS.1999.  FREIRE, P. <b>Extensão ou comunicação?</b> 11 <sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e terra, 2001.  FROEHLICH, J.M. DIESEL, V (orgs). <b>Desenvolvimento rural</b> : tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí. 2006.



PAGNUSSATT, A. **Guia do cooperativismo de crédito**: organização, governança e políticas corporativas. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto. 2004. 194p.

SCHNEIDER, J.O. **Educação Cooperativa e Práticas**. Única edição. Brasília/DF: Editora SESCOOP. 2003.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, IE. 2002.

TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdUPF. 1999.



<b>Nome: Defensivos Agrícolas</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Defensivos como ferramentas na proteção de plantas e sua importância na agricultura moderna. Precauções no manuseio de defensivos. Classes toxicológicas de defensivos. Classes de defensivos quanto ao uso. Formulação de defensivos. Tecnologia de aplicação de defensivos. Destinação de embalagens vazias. Sistema AGROFIT para escolha de defensivos.
<b>Bibliografia Básica</b>
GELMINI, G.A. <b>Agrotóxicos: legislação básica</b> . Campinas: Fundação Cargill, 1991. v. 1. 2.838p.
MATTHEWS, G.A.; BATEMAN, R.; MILLER, P. <b>Métodos de aplicação de defensivos agrícolas</b> . São Paulo: Editora Andrei. 4ª ed. 2016. 623 p.
MATUO, T. <b>Técnicas de aplicação de defensivos agrícolas</b> . Jaboticabal: FUNEP. 1990. 139p.
MINGUELA, J.V.; RODRIGUES C.J.P.A. <b>Manual de Aplicação de Produtos Fitossanitários</b> . Viçosa: Aprenda Fácil. 2013. 588 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ANDREI, E. (coord.). <b>Compêndio de defensivos agrícolas</b> . 9ª ed. São Paulo: Editora Andrei. 2013.
GUEDES, J.V.C.; DORNELLES, S.H.B. <b>Tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos</b> . Santa Maria: Sociedade de Agronomia de Santa Maria. 1998. 139 p.
MACHADO, J.C. <b>Tratamento de sementes no controle de doenças</b> . Lavras: UFLA, 2000.138 p.
REIS, E.M.; REIS, A.C.; CARMONA, M.A. <b>Manual de fungicidas: guia para o controle químico racional de doenças de plantas</b> . 7ª ed. 2016. 280 p.





RODRIGUES, B. W.; ALMEIDA, F.S. **Guia de Herbicidas**. 5ª ed. Londrina: TAPAR, 2005. 592 p.

Nome: **Entomologia**

**Carga Horária Total: 32 Horas**

**Carga Horária AVA: 06 horas**

### **Ementa**

Identificação de insetos, biologia, auto-ecologia e sinecologia. Fisiologia e morfologia externa. Reprodução e desenvolvimento. Definição de manejo integrado de pragas. Amostragem, nível de controle, nível de dano econômico. Métodos de controle e estratégias para o manejo integrado de pragas. Toxicologia dos inseticidas. Identificação das principais famílias de insetos de importância agrícola.

### **Bibliografia Básica**

ALBERTINO, J.R. et al. **Insetos do Brasil**: Diversidade e Taxonomia. Ribeirão Preto: Editora Holos. 2012. 810 p.

GULLAN, P.J.; CRANSTON, P.S. **Os insetos**: um resumo de entomologia. 3ª ed. São Paulo: Roca. 2008.

PANIZZI, A.R.; PARRA, J.R.P. **Bioecologia e nutrição de insetos**: base para o manejo integrado de pragas. Brasília/DF: EMBRAPA. 2009.

### **Bibliografia Complementar**

GULLAN, P. **Insetos: fundamentos da entomologia**. São Paulo: Editora Roca - Profissional - Grupo Gen. 2017. 460 p.

LARA, F.M. **Princípios de resistência de plantas a insetos**. 2ª ed. São Paulo: Icone. 1991.

TRIPLEHORN, C.A., JOHNSON, N.F. **Estudo dos Insetos**. São Paulo: Cengage Learning. 2011. 809 p.



<b>Nome: Fitopatologia</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Histórico e importância da fitopatologia. Conceito de doença. Sintomatologia e diagnose de plantas. Agentes causais de doenças biótica e abióticas. Fungos, bactérias, vírus e nematoides. Classificação das doenças de plantas. Princípios gerais de controle.
<b>Bibliografia Básica</b>
AMORIM, L.; RESENDE, J.A.M; BERGAMIN FILHO, A. <b>Manual de fitopatologia: princípios e conceitos.</b> 4ª ed. Piracicaba: Agronômica Ceres. 2011. 704 p. v. 1.  ZAMBOLIM, L.; JESUS JÚNIOR, W.C.; PEREIRA, O.L. <b>O Essencial da Fitopatologia: agentes causais.</b> v. 1, Editora: Produção Independente. 2012. 364p.  ZAMBOLIM, L; JESUS JÚNIOR, W.C.; RODRIGUES, F. de A. <b>O Essencial da Fitopatologia: epidemiologia de doenças de plantas.</b> Editora: Suprema Gráfica e Editora. 2014.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. <b>Métodos em Fitopatologia.</b> 2ª ed. Viçosa: UFV. 2016. 516p.  OLIVEIRA, C. M. G.; SANTOS, M. A.; CASTRO, L. H. S. <b>Diagnose de Fitonematoides.</b> Campinas: Millenium Editora. 2016. 367p.  ROMERO, R. S. <b>Bactérias Fitopatogênicas.</b> Viçosa: Imprensa Universitária. 1995.  ZAMBOLIM, L.; JESUS JÚNIOR, W.C.; PEREIRA, O.L. <b>O Essencial da Fitopatologia - Agentes causais.</b> v. 2. Editora: Produção Independente. 2012. 417 p.



<b>Nome: Uso, manejo e conservação do solo</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Origem e composição química e mineralógica do solo. Conceitos Básicos em Conservação do Solo. Fatores, processos e efeitos da degradação do solo. Erosão do solo. Práticas Conservacionistas. Recuperação do solo degradado. Características dos diferentes preparos do solo. Plantas de cobertura e adubos verdes. Rotação de culturas. Sistemas integrados de produção.
<b>Bibliografia Básica</b>
DIAS, N. da S.; BRÍGIDO, A.R.; SOUZA, A.C.M. <b>Manejo e conservação dos solos e da água</b> . São Paulo: Livraria da Física. 2013. 292p.  MOREIRA, F.M.S.; HUISING, E.J.; BIGNELL, D.E. <b>Manual de biologia dos solos tropicais: amostragem e caracterização da biodiversidade</b> . Lavras: UFLA. 2010. 359 p.  PIRES, F.R.; SOUZA, C.M. <b>Práticas mecânicas de conservação do solo e da água</b> . 2ª ed., Viçosa. 2006. 216p.  TAVARES FILHO, F. <b>Física e conservação do solo e água</b> . Londrina: Eduel. 2013. 256p.  WHITE, R.E. <b>Princípios e práticas da ciência do solo: o solo como um recurso natural</b> . Editora Andrei. 2009. 4ª ed. 426p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
FREIRE, O. <b>Solos das regiões tropicais</b> . Botucatu: FEPAF. 2006. 268p.  GUERRA, A.J T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. <b>Erosão e conservação de solos: conceitos temas e aplicações</b> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999.  KER, J.C.; et al. <b>Pedologia: fundamentos</b> . Viçosa: SBCS. 2012. 343p.



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos. 2005. 192p.

OLIVEIRA, T. S. **Solo e água**: aspectos de uso e manejo. Fortaleza: Editora da UFC. 2004.

PRUSKI, F. F. **Conservação de solo e água**: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. Viçosa: Editora UFV. 2006. 240p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **O solo no meio ambiente**: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Departamento de Solos e Engenharia Agrícola. Curitiba: Departamento de Solos e Engenharia Agrícola. 2007. 130p.



<b>Nome: Políticas públicas e legislação ambiental</b>
<b>Carga Horária Total: 16 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 03 horas</b>
<b>Ementa</b>
Direito Constitucional e Meio Ambiente. Políticas Públicas e Legislação Ambiental. A política ambiental brasileira. Plano Diretor e subsídios legais para zoneamento ambiental. Diretrizes internacionais de meio ambiente. Legislação federal básica sobre meio ambiente. Meios administrativos e remédios judiciais de proteção ambiental. Unidades de conservação. Licenciamento ambiental. Impacto das políticas públicas nas propriedades rurais.
<b>Bibliografia básica</b>
CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. <b>Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens</b> . 2ª ed. São Carlos: Rima. 2005.  MACHADO, P. A. L. <b>Direito Ambiental Brasileiro</b> . 22ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Malheiros. 2014. 1344p.  MELLO, C. <b>Geração de trabalho e renda: políticas públicas e tecnologias sociais para superar a pobreza</b> . São Paulo: Editora Publisher. 2013. 111p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
BECHARA, E. <b>Licenciamento e compensação ambiental na lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC)</b> . São Paulo: Atlas. 2009.  BENJAMIM, A. <b>Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação</b> . Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2001.  IRVING, M. <b>Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados</b> . Rio de Janeiro: Aquarius. 2006.  MEDAUAR, O. (org.) <b>Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal</b> . 13. ed. rev. ampliada e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. (RT MiniCódigos).  SILVA, J. A. <b>Direito ambiental constitucional</b> . 2ª ed. São Paulo: Editora Malheiros. 2013. 374p.



<b>Nome: Topografia</b>
<b>Carga Horária Total: 48 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 09 horas</b>
<b>Ementa</b>
Agrimensura: conceitos gerais. Unidades de medidas. Materiais, aparelhos e instrumentos topográficos. Altimetria. Planimetria. Medição de distâncias: direta e indiretamente. Métodos de levantamentos topográficos. Medição de áreas. Altimetria: conceitos fundamentais. Métodos de nivelamento. Perfis topográficos. Curvas de nível. Sistematização de Terrenos. ABNT.
<b>Bibliografia Básica</b>
CASACA, J.M. <b>Topografia geral</b> . 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC. 2007. 208p.  MIRANDA, J.I. <b>Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas</b> . 2ª ed. Brasília/DF: EMBRAPA, 2010.  MONTENEGRO, G.A. <b>Desenho arquitetônico</b> : para cursos técnicos de 2º grau e faculdades de arquitetura. 4ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Editora Blucher. 2001. 168p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CABRAL, C.; HASENACK, M.; FRANÇA, R.M. <b>Introdução à ciência topográfica</b> . Apostila, Florianópolis: CEFET. 2010. (Arquivo PDF).  COMASTRI, J.A. <b>Topografia</b> : altimetria. 3ª ed. Viçosa: Editora UFV. 2011. 200 p.  COSTA, A.A. <b>Topografia</b> . Curitiba: Livro Técnico. 2011. 144 p  FITZ, P. R. <b>Cartografia básica</b> : nova edição. São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2008. 143p.  MOREIRA, M.A. <b>Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação</b> . Viçosa: UFV, 2011. 422 p.



## Componentes Curriculares do 2º Módulo

<b>Nome: Plantas Daninhas</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Ecofisiologia das plantas daninhas. Alelopatia. Métodos de manejo e controle das plantas daninhas. Controle químico: conceitos, vantagens e desvantagens, fatores que afetam a absorção de herbicidas. Classificação dos herbicidas. Relação Herbicidas e ambiente. Uso e manejo de herbicidas nas principais culturas.
<b>Bibliografia Básica</b>
LORENZI, H. <b>Manual de identificação e controle plantas daninhas</b> . 6ª ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora. 2006. 339 p.  LORENZI, H. <b>Plantas daninhas do Brasil</b> : terrestre, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais. 4ª Editora Nova Odessa: Editora Plantarum. 2008. 672 p.  SILVA, A.A.; SILVA, J. F. <b>Tópicos em manejo de plantas daninhas</b> . Viçosa: Editora UFV. 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ANDREI, E. <b>Compêndio de defensivos agrícolas</b> : guia prático de produtos fitossanitários. 9ª ed. São Paulo: Editora Andrei. 2013. 1616 p.  MONQUERO, P.A. <b>Aspectos da Biologia e Manejo das Plantas Daninhas</b> . 1ª ed. São Paulo: Editora Rima. 2014. 430p.  MONQUERO, P.A. <b>Manejo de Plantas Daninhas nas culturas</b> . 1ª ed. São Paulo: Editora Rima. 2014. 306p  ROMAN, E.S. et. al. <b>Como Funcionam os Herbicidas da Biologia à Aplicação</b> . Editora: Produção Independente. 2007. 158p.



<b>Nome: Desenho e construções rurais</b>
<b>Carga Horária Total: 48 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 09 horas</b>
<b>Ementa</b>
Normas Técnicas da ABNT. Material utilizado para desenho técnico. Métodos de medida e unidades. Escalas. Cotas. Sistemas de representação: perspectiva e projeções ortogonais, noções de corte, leitura e visualização. Representação de materiais e convenções. Desenho Arquitetônico. Desenho Topográfico. Construções rurais. Materiais e técnicas de construção. Planejamento geral das edificações e instalações. Principais instalações e benfeitorias para fins rurais. Orçamento e memorial descritivo.
<b>Bibliografia Básica</b>
BAÊTE, F.C. <b>Ambiência em edificações rurais: conforto animal</b> . Viçosa: UFV. 2010.  BAUER, L.A.F. <b>Materiais de Construção</b> . 50ª ed. Rio de Janeiro: LTC. 2000.  SCHWARTZ, J. <b>Manual de projetos de infraestrutura e engenharia</b> . São Paulo: Oficina de Textos. 2014. 492 p.  SILVA, A. et al. <b>Desenho técnico moderno</b> . 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC. 2013.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 10068</b> : Folha de Desenho Leiaute e Dimensões. Rio de Janeiro. 1988.  ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 10582</b> : Conteúdo da folha para desenho técnico. Rio de Janeiro. 1988.  ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 13133</b> : Execução de Levantamento Topográfico. Rio de Janeiro. 1994.





**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

CRUZ, M.D. da; MORIOKA, C.A. **Desenho Técnico: Medidas e Representação Gráfica**. Editora Érica. 2014.

MICELI, M.T.; FERREIRA, P. **Desenho Técnico Básico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2010.

SOUZA, J.L.M. **Manual de construções rurais**. 3ª ed. Curitiba, 1997. 165 p. Disponível em: [http://www.moretti.agrarias.ufpr.br/publicacoes/man\\_1997\\_construcoes\\_rurais.pdf](http://www.moretti.agrarias.ufpr.br/publicacoes/man_1997_construcoes_rurais.pdf) Acesso em: 09-09-2020.



<b>Nome: Máquinas e mecanização agrícola</b>
<b>Carga Horária Total: 48 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 09 horas</b>
<b>Ementa</b>
Tratores e máquinas agrícolas: classificação, estudo orgânico e funcional, regulagens, operação, manutenção. Noções básicas de funcionamento de motores. Legislação e normas para segurança em máquinas agrícolas. Planejamento e gerenciamento da mecanização agrícola.
<b>Bibliografia Básica</b>
MIALHE, L.G. <b>Máquinas agrícolas para o plantio</b> . São Paulo: Editora Millennium. 2012. 623p.  PORTELLA, J.A. <b>Semeadoras para plantio direto</b> . Viçosa: Aprenda Fácil. 2001. 252p.  SILVA, R. C. <b>Máquinas e Equipamentos Agrícolas</b> . São Paulo: Érica/Saraiva. 2014.  SILVEIRA, G. M. da. <b>Os cuidados com o trator</b> . Viçosa: Aprenda Fácil. 2001.
<b>Bibliografia Complementar</b>
PORTELLA, J. A. <b>Colheita de grãos mecanizada</b> : implementos, manutenção e regulagem. Viçosa: Aprenda Fácil. 2000. 190p.  SILVA, R. C. <b>Mecanização e Manejo do Solo</b> . São Paulo: Érica/Saraiva. 2014.  SILVEIRA, G. M. da. <b>Máquinas para plantio e condução das culturas</b> . Viçosa: Aprenda Fácil. 2001. 336 p.



<b>Nome: Irrigação e drenagem</b>
<b>Carga Horária Total: 48 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 09 horas</b>
<b>Ementa</b>
Conceito e importância. A água no sistema solo-planta-atmosfera. Evapotranspiração. Manejo da água em sistemas irrigados. Qualidade da água para irrigação. Métodos e sistemas de irrigação. Avaliação de sistemas irrigação. Drenagem de terras agrícolas.
<b>Bibliografia Básica</b>
AZEVEDO NETTO, J.M. <b>Manual de Hidráulica</b> . 8ª ed. São Paulo: Edgar Blucher.1998. 669 p. BERNARDO, S. <b>Manual de Irrigação</b> . 8ª ed.Viçosa: UFV. 2008. 625 p. MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S. PALARETTI, L.F. <b>Irrigação: Princípios e Métodos</b> . 3ª ed. Viçosa: UFV. 2009. 355 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
AZEVEDO, J.A.; SILVA, E.M. <b>Tensiômetro: Dispositivo prático para o controle da irrigação</b> . Planaltina: Embrapa Cerrados.1999. 33 p. (Circular técnica nº 0001, Arquivo em PDF). BRANDÃO, V.S.; CECÍLIO, R.A.; PRUSKI, F. F.; SILVA, D.D. <b>Infiltração da água no solo</b> . 3ª ed. Viçosa: UFV. 2009. 120 p. CRUCIANI, D.E.A. <b>Drenagem na Agricultura</b> . São Paulo: Nobel. 1986. 337p. PENTEADO, S.R. <b>Manejo da água e irrigação: na propriedade ecológica</b> . Editora Via orgânica. 2008. 210p. REICHARDT, K.; TIMM, L. C. <b>Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações</b> . São Paulo: Editora Manole. 2004. 478p.



<b>Nome: Fertilidade do solo</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Composição química e mineralógica solo. Conceitos e leis da fertilidade do solo. Reação do solo: acidez e alcalinidade. Complexo coloidal do solo. Relação entre pH e disponibilidade de nutrientes. Cargas elétricas e fenômenos de adsorção e troca catiônica e aniônica. Macronutrientes e micronutrientes, formas e transformações no solo. Matéria orgânica e adubação orgânica. Amostragem de solo. Métodos de avaliação da fertilidade do solo. Interpretação da análise de solo. Principais corretivos e fertilizantes: tipos, métodos e formas de aplicação. Fertilidade do solo nos diferentes sistemas de produção.
<b>Bibliografia Básica</b>
NOVAIS, R.F. et al. <b>Fertilidade do solo</b> . Viçosa: SBCS, 2007. 1017 p.  TROEH, F.R.; THOMPSON, L.M. <b>Solos e fertilidade do solo</b> . 6ª ed. São Paulo: Editora Andrei. 2007.  VAN RAIJ, B. <b>Fertilidade do Solo e Manejo de Nutrientes</b> . Piracicaba: IPNI. 2011. 420 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
MAURER, E.J. <b>Fertilidade do Solo</b> . Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. 2007.  MOREIRA, F.M. de S.; KASUYA, M.C.M. <b>Fertilidade e biologia do solo: Integração e tecnologia para todos</b> . v 1. Viçosa: SBCS. 2016. 591p.  MOREIRA, F.M.S.; KASUYA, M.C.M. <b>Fertilidade e biologia do solo: Integração e tecnologia para todos</b> . V.2, Viçosa: SBCS. 2017. 616p.  SOUZA, D.M.G. de; LOBATO, E. <b>Cerrado: correção do solo e adubação</b> . Brasília/DF: EMBRAPA. 2004. 416 p.



<b>Nome: Nutrição e adubação de plantas</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Histórico. Relação solo-planta. Elementos benéficos e tóxicos. Absorção, transporte e redistribuição, metabolismo e funções dos nutrientes minerais. Critérios de essencialidade. Composição mineral e diagnose do estado nutricional. Sintomas visuais de deficiência e excesso de nutrientes. Diagnose foliar e Procedimentos para avaliação do estado nutricional de plantas. Nutrição mineral e qualidade de produtos agrícolas. Soluções nutritivas e suas aplicações.
<b>Bibliografia Básica</b>
EPSTEIN, E.; BLOOM, A.J. <b>Nutrição Mineral de Planta</b> : princípios e perspectivas. Trad. M.E.T. Nunes. Londrina: Editora Planta. 2006, 403p.  FERNANDES, M.S. <b>Nutrição Mineral de Planta</b> . 1ª ed. Viçosa: SBCS. 2006. v. 1. 432p.  MALAVOLTA, E. <b>Manual de Nutrição Mineral de Planta</b> . São Paulo: Ceres. 2006. 638p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
FLORES, R.A.; CUNHA, P.P. (Eds.). <b>Práticas de manejo do solo para adequada nutrição de plantas no Cerrado</b> . Goiânia: Gráfica UFG. 2016. 503 p.  FONTES, P.C.R. <b>Diagnóstico do estado nutricional das plantas</b> . Viçosa: UFV. 2006. 122 p.  FONTES, P.C.R. <b>Nutrição Mineral de plantas</b> . Viçosa: UFV. 2016. 315 p.  MARENCO, R.A.; LOPES, N.F. <b>Fisiologia Vegetal</b> : Fotossíntese, Respiração, Relações Hídricas e Nutrição Mineral. Viçosa: UFV. 2005. 451 p.  PRADO, R.M. et al. <b>Nutrição de plantas</b> : diagnose foliar em grandes culturas. Jaboticabal: FUNEP. 2008. 500 p.



<b>Nome: Anatomia, Fisiologia e Saúde Animal</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Anatomia e fisiologia dos tecidos, órgãos, aparelhos e sistemas. Conceitos e aplicações de bem-estar animal. Mecanismos centrais de controle e transferência de energia térmica nas diversas espécies dos animais de interesse zootécnico. Comportamento dos principais animais de produção. Principais doenças dos animais de produção: etiologia, sinais clínicos, diagnóstico, profilaxia e controle. Procedimentos de limpeza das instalações, equipamentos e biossegurança. Medicamentos: classificação, via de aplicação, conservação e validade. Procedimentos de coleta e envio de material para análise em laboratório. Legislação sanitária e conservação do meio ambiente.
<b>Bibliografia Básica</b>
ANDRIGUETO, J.M. et. al. <b>Nutrição Animal, as bases e os fundamentos da nutrição animal.</b> v.1. São Paulo: Editora Nobel. 1984. 395p. ANDRIGUETO, J.M. et. al. <b>Nutrição Animal, alimentação animal.</b> v.2. São Paulo: Editora Nobel. 1983. 425p. ETER, J.; PETER C. <b>Exame clínico de animais de fazenda.</b> 1ª ed. São Paulo: Editora Andrei. 2004. 444p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CUNNINGHAM, J.G. <b>Tratado de Fisiologia Veterinária.</b> 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004. FRANDSON, R.D.; WILKE, W.L.; FAILS, A.D. <b>Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda.</b> 6ª.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

GONZÁLEZ, F.H.D.; da SILVA, S.C. **Introdução à Bioquímica Clínica Veterinária**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2006.

TIZARD, I.R. **Imunologia Veterinária: uma introdução**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Roca. 2002.

GETTY, R.; SISSON, S.; GROSSMAN, J.D. **Anatomia dos Animais Domésticos** . 5ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 1986.



<b>Nome: Nutrição Animal e Forragicultura</b>
<b>Carga Horária Total: 48 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 09 horas</b>
<b>Ementa</b>
Introdução e conceitos de nutrição animal. Classificação e composição dos alimentos. Uso de aditivos em nutrição animal. Teorias da regulação do consumo. Medidas de avaliação do valor nutritivo. Fontes suplementares de vitaminas e minerais. Formulação de rações. Processamento dos alimentos. Histórico e importâncias das pastagens. Conceitos atuais em forragicultura. Morfologia e fisiologia das plantas forrageiras. Principais plantas forrageiras utilizadas no Brasil e suas características agrônomicas e biológicas. Valor nutritivo de plantas forrageiras. Formação de pastagem. Degradação, recuperação e renovação de pastagem. Manejo e adubação de pastagens. Produção de sementes. Pragas e Plantas tóxicas em pastagens. Conservação de forragens. Integração lavoura pecuária.
<b>Bibliografia Básica</b>
FONSECA, D.M.; MARTUSCELLO, J.A. <b>Plantas Forrageiras</b> . 1ª ed. Viçosa: UFV. 2010.  REIS, R.A.; BERNARDES, T.F.; SIQUEIRA, G.R. <b>Forragicultura: Ciência, Tecnologia e Gestão de Recursos Forrageiros</b> . 1ª ed. Jaboticabal: FUNEP. 2014.  ANDRIGUETTO, J.M. et al. <b>Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal, os alimentos</b> . v. 1. São Paulo: Editora Nobel. 2002 (reimpressão 2006).
<b>Bibliografia Complementar</b>
ANDRIGUETTO, J.M. et. al. <b>Nutrição animal: alimentação animal</b> . v.2. 3ª ed. São Paulo: Editora Nobel. 1994.  LANA, R.P. <b>Nutrição e alimentação animal: mitos e realidades</b> . 2ª ed. Viçosa: UFV. 2007.





SOBRINHO, A.G.S. et. al. **Nutrição de ovinos**. Jaboticabal: Funep. 1996. 256p.

SILVA, D.J.; QUEIROZ, A.C. **Análise de alimentos**: métodos químicos e biológicos. 3ª ed. Viçosa: UFV. 2002.

DEMINICIS, B.B.; ARAÚJO, S.A.C.; ABREU, J.B.R.; VIEIRA, H. D.; ALMEIDA, J.C.C.; VASQUEZ, H.M.; CASTAGNARA, D.D.; PÁDUA, F.T.; ZANINE, A.M. **Leguminosas Forrageiras Tropicais**: características importantes, recursos genéticos e causas dos insucessos de pastagens consorciadas. Viçosa: Aprenda Fácil. 2009.



<b>Nome: Apicultura</b>
<b>Carga Horária Total: 16 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 03 horas</b>
<b>Ementa</b>
Panorama geral da apicultura (situação comercial e aspectos econômicos). Origem, evolução e classificação zootécnica das abelhas. Raças de abelhas, anatomia e biologia da abelha. Ciclo de vida das abelhas. Produtos apícolas. Equipamentos e infraestruturas para a produção apícola. Tipos de colmeias, construção e cuidados com as mesmas. Implantação de apiários. Captura de enxames. Manejo das colmeias (revisão, distribuição de caixilhos. Enxameação, pilhagem, união e divisão de enxames e transporte de colmeias). Alimentos e alimentação das abelhas (flora apícola e alimentos artificiais). Manejo da colheita de mel e dos produtos apícolas, envase e marketing. Pragas e doenças nas abelhas.
<b>Bibliografia Básica</b>
COUTO, R.H.N. <b>Apicultura: Manejo e produtos</b> . 3ª ed. Jaboticabal: FUNEP. 2006. 193p. FREITAS, B.M. <b>A Vida das Abelhas</b> . Fortaleza: Craveiro & Craveiro. 1999. v.01. Livro em CDRom. WIESE, H. <b>Apicultura: novos tempos</b> . 2ª ed., Guaíbas: Agrolivros. 2005. 378p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
COSTA, P.S.C. <b>Planejamento e implantação do apiário</b> (livro e CD-Rom). Viçosa: Editora CPT. 2003. 118p. ITAGIBA, M.G.R. <b>Noções Básicas sobre Criação de Abelhas</b> . São Paulo: Editora Nobel. 1997. SOUZA, D.C. <b>Apicultura – manual do agente de desenvolvimento rural</b> . SEBRAE. 2003. COUTO, R.H.N.; COUTO, L.A. <b>Apicultura – manejo e produtos</b> . Jaboticabal: FUNEP. 2002. SCHEREN, O.J. <b>Apicultura racional</b> . 19ª ed. São Paulo: Nobel. 1985.



### Componentes Curriculares do 3º Módulo

<b>Nome: Olericultura I</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Botânica – taxonomia, morfologia e fenologia. Fatores edafoclimáticos. Implantação e tratos culturais. Produção de sementes. Ponto de colheita. Viabilidade sócio-econômica e ambiental dos sistemas de produção: convencional e alternativo das olerícolas folhosas de maior importâncias na região – condimentares, ervas medicinais e hortaliças.
<b>Bibliografia Básica</b>
ANDRIOLO, J. L. <b>Olericultura geral: princípios e técnicas</b> . 2 ed. Santa Maria: UFSM. 2002. 158 p. FILGUEIRA, F. A. R. <b>Novo Manual de Olericultura: cultura e comercialização de hortaliças</b> . 3ª ed. Viçosa: UFV. 2008. 421 p. FONTES, P. C. R. <b>Olericultura: Teoria e Prática</b> . Viçosa: UFV. 2005. 486 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
NASCIMENTO, W.M. (Ed.). <b>Hortaliças leguminosas</b> . Brasília/DF: Embrapa. 2016. PENTEADO, S.R. <b>Cultivo ecológico de hortaliças</b> . Campinas: Via Orgânica. 2ª ed. 2010. 288 p. PEREIRA, R.B.; NASCIMENTO, W.M. (Eds.). <b>Hortaliças de propagação vegetativa</b> . Brasília/DF: EMBRAPA. 2016. SOUZA, J. L.; RESENDE, P. <b>Manual de Horticultura Orgânica</b> . 3ª ed. atualizada. Viçosa: Aprenda Fácil. 2014. 841 p. ZAMBOLIM, L.; PICANÇO, M.C. <b>Controle Biológico: Pragas e Doenças</b> . Viçosa: UFV. 2009. 310 p.



<b>Nome: Olericultura II</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Botânica – taxonomia, morfologia e fenologia. Fatores edafoclimáticos. Implantação e tratos culturais. Produção de sementes. Ponto de colheita. Viabilidade sócio-econômica e ambiental dos sistemas de produção: convencional e alternativo das hortaliças de fruto, tubérculo e raiz de maior importâncias na região.
<b>Bibliografia Básica</b>
ANDRIOLO, J. L. <b>Olericultura geral: princípios e técnicas</b> . 2ª ed. UFSM. 2002. 158 p. FILGUEIRA, F. A. R. <b>Novo Manual de Olericultura: cultura e comercialização de hortaliças</b> . 3ª ed. Viçosa: UFV. 2008. 421 p. FONTES, P. C. R. <b>Olericultura: Teoria e Prática</b> . Viçosa: UFV. 2005. 486 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
PENTEADO, S.R. <b>Cultivo ecológico de hortaliças</b> . Campinas/SP: Via Orgânica, 2ª ed. 2010. 288 p. PEREIRA, R.B.; NASCIMENTO, W.M. (Eds.). <b>Hortaliças de propagação vegetativa</b> . Brasília/DF: EMBRAPA, 2016. SOUZA, J. L.; RESENDE, P. <b>Manual de Horticultura Orgânica</b> . 3ª ed. atualizada. Viçosa: Aprenda Fácil. 2014. 841 p. ZAMBOLIM, L.; PICANÇO, M.C. <b>Controle Biológico: Pragas e Doenças</b> . Viçosa: UFV. 2009. 310 p.



<b>Nome: Fruticultura I</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Importância, econômica, ecológica e social da fruticultura. Planejamento e implantação de pomar. Manejo do pomar. Propagação sexuada e assexuada. Implantação de viveiros. Colheita e pós-colheita de frutas, classificação e armazenamento do açaí, cupuaçu, caju, coco e demais culturas de interesse regional.
<b>Bibliografia Básica</b>
GOMES, P. <b>Fruticultura Brasileira</b> . 13ª ed. São Paulo: Nobel, 2012. 446p. PENTEADO, S.R. <b>Manual de fruticultura ecológica</b> . 2ª ed. Via orgânica, 2010. FERREIRA, J.M.S; WARWICK, D.R.N.; SIQUEIRA, L.A. (Eds.). <b>A cultura do coqueiro no Brasil</b> . 2ª ed. Brasília/DF: Embrapa-SPI. 1997. 292p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. <b>Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio</b> . Lavras: UFLA. 2006. 256p. PERES, M.R. Pequ. Disponível em: <a href="https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fbl23vmz02wx5eo0sawqe3egcivco.html">https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fbl23vmz02wx5eo0sawqe3egcivco.html</a> . Acesso em: 05 set. 2020.



<b>Nome: Fruticultura II</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Importância, econômica, ecológica e social da fruticultura. Planejamento e implantação de pomar. Manejo do pomar. Propagação sexuada e assexuada. Implantação de viveiros. Colheita e pós-colheita de frutas, classificação e armazenamento da goiaba, banana, citros, abacaxi, acerola, maracujá, manga.
<b>Bibliografia Básica</b>
CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. <b>Ecofisiologia de fruteiras tropicais: abacaxizeiro, maracujazeiro, mangueira, bananeira e cacauzeiro</b> . São Paulo: NOBEL. 1999.
GAÍVA, H.N.; GONZALES, M.A.; PINTO, W.B.S. <b>Cultivo dos citros</b> . Brasília/DF: LK Editora e comunicação. 2006. 136 p.
GOMES, P. <b>Fruticultura Brasileira</b> . 13ª ed. São Paulo: Nobel. 2012. 446p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. <b>Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio</b> . Lavras: UFLA. 2005.
EMBRAPA. <b>Acerola</b> . Disponível em: <a href="https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/acerola">https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/acerola</a> . Acesso em 05 set. 2020.
MANICA, I. (Ed.). <b>Abacaxi do plantio ao mercado</b> . Porto Alegre: Cinco continentes editora. 2000. 122p.
PRADO, R.M.; NATALE, W. <b>Nutrição e adubação do maracujazeiro no Brasil</b> . Uberlândia: EDUFU. 2006. 192p.
SIMÃO, S. <b>Manga</b> . Piracicaba: FEALQ. 2004. 270p.



<b>Nome: Culturas Anuais I</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Origem. Importância sócio-econômica. Botânica – Taxonomia, Morfologia e Fenologia. Exigências Edafoclimáticas. Implantação e Tratos culturais. Tratos Fitossanitários. Colheita e Pós-colheita da mandioca e do Feijão.
<b>Bibliografia Básica</b>
CARNEIRO, J.E.; PAULA JÚNIOR, T.J.; BORÉM, A. (Eds.). <b>Feijão do plantio à colheita</b> . Viçosa: Editora UFV. 2015. 384 p.  FARIAS, A. R. N. et al. <b>Aspectos socioeconômicos e agrônômicos da mandioca</b> . Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical. 2006. 817 p.  VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T. J.; BORÉM, A. <b>Feijão</b> . 2ª ed. Viçosa: Editora UFV. 2006.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. (Coord.). <b>Ecofisiologia de cultivos anuais</b> . São Paulo: Editora Nobel. 1999.  KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L.E.A. (eds.). Manual de fitopatologia – Vol.2: <b>Doenças das plantas cultivadas</b> . 4ª ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres. 2005. 663p.  STONE, L.F.; MOREIRA, J.A.A. (eds). <b>Feijão: o produtor pergunta, a Embrapa responde</b> . Brasília/DF: Editora Embrapa. 2003. 203p. (Coleção 500 Perguntas 500 Respostas).



<b>Nome: Culturas Anuais II</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Origem. Importância sócio-econômica. Botânica – Taxonomia, Morfologia e Fenologia. Exigências Edafoclimáticas. Implantação e Tratos culturais. Tratos Fitossanitários. Colheita e Pós-colheita do milho e da soja.
<b>Bibliografia Básica</b>
BORÉM, A. <b>Milho: do Plantio à Colheita</b> . Viçosa: UFV. 2015. 351p. SEDIYAMA T., <b>Tecnologias de produção e usos da soja</b> . Londrina: Editora Mecenias. 2009. SEDIYAMA T.; SILVA, F.; BORÉM, A. <b>Soja do Plantio à Colheita</b> . Viçosa: UFV. 2015. 333 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
GALVÃO, L.C.C.; MACHADO, G.V. (Eds.). <b>Tecnologias de Produção de Milho</b> . Viçosa: Editora UFV, 2004, 366p. CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. (Coord.) <b>Ecofisiologia de cultivos anuais</b> . São Paulo: Editora Nobel. 1999. KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L.E.A. (eds.). <b>Manual de fitopatologia - v.2: Doenças das plantas cultivadas</b> . 4ª ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres. 2005. 663p.





<b>Nome: Administração Rural e Projetos Empresariais</b>
<b>Carga Horária Total: 24 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 03 horas</b>
<b>Ementa</b>
Conceitos e aplicações. Organizações rurais. Ambiente organizacional. Administração no Agronegócio. A empresa rural. Recursos da empresa. Níveis da ação administrativa. A tomada de decisão. O processo administrativo. Comercialização agrícola. Fundamentos de Projetos Agropecuários. Gestão Empresarial, projeto, fases do projeto, implantação, programação, engenharia simultânea, gerenciamento, execução do projeto e avaliação. Visão integrada da gestão de projetos; Metodologias e Ferramentas de gerenciamento de projetos.
<b>Bibliografia Básica</b>
CHIAVENATO, I. <b>Introdução à teoria geral da Administração</b> . 9. ed. São Paulo: Malone. 2014. 654p. HOFFMANN, R.; ENGLER, J. J. C.; SERRANO, O.; THAME, A. C. M.; NEVES, E. M. <b>Administração da Empresa Agrícola</b> . 2ª ed., São Paulo: Pioneira. 1978. 328p. NORONHA, J. F. <b>Projetos Agropecuários: Orçamentos Administração Financeira e Viabilidade Econômica</b> . São Paulo: Atlas, 1987. 269p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
PMI. <b>PMBOK Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos</b> . Project Management, 2009. WOILER, S. <b>Projetos: planejamento, elaboração, análise</b> . 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.



<b>Nome: Defesa sanitária vegetal</b>
<b>Carga Horária Total: 16 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 03 horas</b>
<b>Ementa</b>
A importância da defesa sanitária vegetal. Acordos internacionais, legislação nacional e estadual. Normas internacionais de medidas fitossanitárias. Barreiras fitossanitárias. Certificação fitossanitária. Pragas regulamentadas. Pragas não quarentenárias regulamentadas.
<b>Bibliografia Básica</b>
BRASIL. Ministério da agricultura e reforma agrária. <b>Agrotóxicos; legislação e receituário agrônomo</b> . Florianópolis, MARA/SERDV. 1991. 64p  GELMINI, G.A. <b>Agrotóxicos: legislação básica</b> . Campinas, Fundação Cargill. 1991. 838p.  GUERRA, M. de S. <b>Generalidades sobre receituário agrônomo</b> . Folheto biblioteca CCA.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ANDREI. <b>Compendio de defensivos agrícolas</b> : guia prático de produtos fitossanitários para uso agrícola. 6ª ed. São Paulo: Editora Andrei. 1999. 672 p.  BULL, D.; HATHAWAY, D. <b>Pragas e venenos</b> : agrotóxicos no Brasil e no terceiro mundo. Petrópolis: Vozes. 1986. 345p.  DIEGO, J.S.; DIEGO, J.S. de. <b>Intoxicaciones producidas por pesticidas</b> . 2ª ed. Madrid: Ministério da Agricultura. 1977. 195 p.  LARINI, I. <b>Toxicologia</b> . São Paulo: Manole, 1987. 315p.  SILVA JÚNIOR, D.F. <b>Legislação federal (inclusive cf 88 atualizadas)</b> : agrotóxicos e afins. São Paulo: INDAX ADV, 2003.



<b>Nome: Avicultura</b>
<b>Carga Horária Total: 48 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 09 horas</b>
<b>Ementa</b>
A cadeia produtiva avícola no Brasil e no mundo. Importância econômica da avicultura. Principais raças e linhagens. Sistemas de produção. Instalações e equipamentos para frangos de corte e postura. Ambiente e bem estar animal. Planejamento da produção de frangos de corte e postura. Fisiologia da postura e a importância da iluminação na produção de ovos. Principais doenças e medidas profiláticas das aves. Principais empresas avícolas e sistemas de criação, comercialização e custos de produção.
<b>Bibliografia Básica</b>
COTTA, T. <b>Frango de corte: criação, abate e comercialização</b> . Viçosa: Editora aprenda fácil. 2003.  ALBINO, L.F.T. <b>Produção e manejo de frangos de corte</b> . Viçosa: UFV. 2008. 88p.  MACARI, M.; FURLAN, R.L.; GONZALES, E. <b>Fisiologia aviária aplicada a frangos de corte</b> . Campinas: Editora FACTA, 2ª ed. 2002. 375p
<b>Bibliografia Complementar</b>
MACARI, M., GONZALES, E. <b>Manejo da incubação</b> . Campinas: Editora FACTA. 2ª ed, 2003. 537p.  SANTOS, B.M. <b>Terapêutica e desinfecção em avicultura</b> . Viçosa: UFV. 2008. 87p.  SILVA, I.J.O. <b>Ambiência na produção de aves em clima tropical</b> . São Paulo: Editora Funep. v.1. 2001. 200p.  SILVA, I.J.O. <b>Ambiência na produção de aves em clima tropical</b> . São Paulo: Editora Funep. v.2. 2001. 214p.  EMBRAPA informação tecnológica <b>Criação de galinhas caipiras</b> . Brasília/DF: Embrapa meio norte. 2007.



<b>Nome: Piscicultura</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Anatomia e fisiologia dos peixes. Principais espécies de peixes de água doce. Qualidade de água na piscicultura. Calagem e adubação de viveiros. Alimentação de peixes. Reprodução de peixes. Instalações para criação de peixes. Sistemas de criação de peixes. Situação atual e perspectivas para a produção de peixes de água doce. Noções de anatomia e fisiologia. Construções e instalações. Qualidade e manejo da água. Sistemas de criação, manejo e reprodução (natural e induzida).
<b>Bibliografia Básica</b>
KUBTIZA, F. <b>Qualidade da água na produção de peixes</b> . Junidiaí. 1999. 97p. LOGATO, P. V. R. <b>Nutrição e Alimentação de Peixes de Água Doce</b> . Campinas: Aprenda Fácil Editora. 2000. 128 p. OSTRENSKY, A., BOEGER, W. <b>Piscicultura: fundamentos e técnicas de manejo</b> . Guaíba: Agropecuária. 1998. 211p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
KUBITZA F. <b>Técnicas de transporte de peixes vivos</b> . 3ª ed. 1999. 51p. RASGUIDO, J.E.A.; LOPES, J.D.S. <b>Criação de peixes</b> . Viçosa: CPT. 2004. 186p. BALDISSERROTO, B. <b>Fisiologia aplicada à piscicultura</b> . Santa Maria: Editora UFSM. 2002. 211 p. ONO, A.E.E.; KUBITZA, F. <b>Cultivo de Peixes em Tanques-Rede</b> . Editora Kubitza. 3ª ed. 2003. 126p.



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

PEZZATO, L. E.; CASTAGNOLLI, N.; ROSSI, F. **Nutrição e alimentação de peixes**. Viçosa: CPT. 2001. 72 p.



### Componentes Curriculares do 4º Módulo

<b>Nome: Ovinocultura</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Introdução a ovinocultura. Importância econômica. Raças e seus cruzamentos. Sistemas de produção. Instalações e equipamentos. Manejo geral das espécies. Nutrição e alimentação. Manejo sanitário: principais enfermidades e profilaxia. Manejo reprodutivo. Produção e qualidade da carne. Avaliação e tipificação de carcaças. Exploração da carne, pele, lã e demais produtos. Planejamento e gestão da criação, indicadores zootécnicos e evolução do rebanho.
<b>Bibliografia Básica</b>
RESENDE, M.D.V.. ROSA PERES, J.R.H. <b>Genética e Melhoramento de Ovinos</b> . Curitiba: Editora UFPR. 2002.  SILVA SOBRINHO, A.G. da. <b>Produção de Ovinos</b> . Jaboticabal: FUNEP. 1990.  VALVERDE, C.C. <b>250 Maneiras de Preparar Rações Balanceadas Para Ovinos</b> . Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2000.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CAVALCANTE, A.C.R. et al. <b>Doenças parasitárias de caprinos e ovinos: epidemiologia e controle</b> . Brasília/DF: Embrapa, 2009.  SIQUEIRA, E.R. <b>Criação de Ovinos de Corte</b> . Viçosa: CPT. 2000. 127p.  AURORA, M.G., ERBERT C. ARAÚJO, GERALDO J. S. <b>Criação de ovinos de corte</b> . Brasília/DF: LK. 2006. 100p.  NUNES, J.F. <b>Biotécnicas aplicadas a reprodução de pequenos ruminantes</b> . Fortaleza: Tecnograf. 2010.  COIMBRA FILHO, A. <b>Técnicas de Criação de Ovinos</b> . Guaíba: Agropecuária. 1992.



<b>Nome: Suinocultura</b>
<b>Carga Horária Total: 48 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 09 horas</b>
<b>Ementa</b>
Introdução à suinocultura. Importância econômica. Raças e seus cruzamentos. Melhoramento genético e evolução da espécie. Sistemas de produção de suínos. Instalações e equipamentos utilizados na suinocultura. Manejo produtivo nas unidades de reprodutores, gestação, maternidade, creche, crescimento e terminação. Nutrição e manejo alimentar. Manejo reprodutivo. Manejo sanitário, higiene e profilaxia. Classificação e tipificação de carcaças. Biossegurança e controle sanitário nas granjas suinícolas. Tratamento dos dejetos. Planejamento da atividade, gestão e indicadores zootécnicos.
<b>Bibliografia Básica</b>
SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P.R.S. et al. <b>Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho</b> . Brasília/DF: Embrapa-SPI. Concórdia-CNPSA. 1998.  FERREIRA, A.R. <b>Suinocultura: Manual Prático de Criação</b> . Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2012. 433p.  LANA, R. P. <b>Nutrição e alimentação animal: mitos e realidades</b> . 2ª ed. rev. Viçosa: UFV. 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>
BRUSTOLINI, P.C. <b>Manejo de leitões do nascimento ao abate</b> . Viçosa: Editora CPT. 2007.  CORRÊA, M.N., MEINCKE, W., LUCIA Jr, T., DESCHAMPS, J.C. <b>Inseminação Artificial em Suínos</b> . Printpar Gráfica e Editora Ltda. 2001. 194p.  BERTOLIN, A. <b>Suínos</b> . Curitiba, 1ª ed. Litéro-técnica. 1992. 302 p.  OLIVEIRA, P.A.V. <b>Tecnologia para o manejo de resíduos na produção de suínos: manual de boas práticas</b> . Concórdia: EMBRAPA/CNPSA. 2004. 109p.  FIALHO, E. T. <b>Alimentos Alternativos para Suínos</b> . Lavras: Editora UFLA. 2009. 232p.



<b>Nome: Bovinocultura</b>
<b>Carga Horária Total: 64 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 12 horas</b>
<b>Ementa</b>
Importância da atividade leiteira, cenário atual e suas perspectivas. Características das principais raças de leite. Avaliação das opções genéticas para exploração de bovinos leiteiros em regiões tropicais. Sistemas de produção. Instalações para bovinos leiteiros. Manejo de ordenha: equipamentos, instalações, práticas e qualidade. Crescimento de bovinos leiteiros. Manejo e nutrição dos bovinos leiteiros nas diferentes fases (cria, recria, lactação e período seco). Manejo sanitário. Manejo reprodutivo. Introdução a bovinocultura de corte. Sistemas de criação. Características das principais raças. Cruzamentos. Seleção e melhoramento genético. Etologia e comportamento animal. Manejo reprodutivo e nutricional do rebanho de cria. Manejo dos bezerros do nascimento à desmama. Recria de novilhas. Recria de novilhos. Sistemas de terminação de bovinos de corte. Nutrição de bovinos em pastejo e em confinamento. Manejo Sanitário. Instalações para bovinos de corte
<b>Bibliografia Básica</b>
AUAD, A.M. et al. <b>Manual de bovinocultura de leite</b> . Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. 2010. 608 p.  PIRES, A.V. <b>Bovinocultura de corte</b> : volumes I e II. Piracicaba: FEALQ. 2010.  TOKARNIA, C.H.; PEIXOTO, P.V.; BARBOSA, J.D.; BRITO, M.F.; DOBEREINER, J. <b>Deficiências Minerais em Animais de Produção</b> . Editora Heliantus, 2010.
<b>Bibliografia Complementar</b>
AGUIAR, APA.; REZENDE, J.R. <b>Pecuária de corte</b> : custo de produção e análise econômica. Viçosa: Aprenda Fácil, 2010.  ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. <b>Plantas forrageiras</b> : gramíneas e leguminosas. Nobel, 1998. 162p





**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

TOKARNIA, C.H.; DOBEREINER, J.; PEIXOTO, P.V. **Plantas Tóxicas do Brasil**. Editora Helianthus, Rio de Janeiro, 2000.

PALHANO, H.B. **Reprodução em Bovinos**. Rio de Janeiro: L. F. Livros de Veterinária Ltda, 2ª ed. 2008. 249p.

PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. **Bovinocultura de corte**: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ. 1993. 580 p.



<b>Nome: Beneficiamento, secagem e armazenamento de grãos</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Fluxograma das Operações Unitárias em Unidades de Beneficiamento de Grãos. Recepção e Classificação dos grãos. Transportadores. Bases para separação. Pré-limpeza. Estrutura, composição e propriedades físicas dos grãos. Psicrometria. Secagem e Secadores. Armazenamento e Aeração. Controle de Pragas de Grãos Armazenados. Indicadores da qualidade dos grãos. Custos de beneficiamento e armazenagem. Acidentes em Unidades Armazenadoras. Comercialização. Rede Armazenadora.
<b>Bibliografia Básica</b>
BATALHA, M. O. <b>Gestão Agroindustrial</b> . vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2009.  CARVALHO, N. M. <b>A secagem de sementes</b> . 2ª ed. Jaboticabal: FUNEP/UNESP. 2005.  PUZZI, D. <b>Abastecimento e armazenamento de grãos</b> . ed. atualizada. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. 2000.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ARAÚJO, M. O Segredo do Grão: o comércio de commodities agrícolas. 1ª ed. Curitiba: Do Autor. 2017.  ATHIÉ, I.; de PAULA, D.C. <b>Insetos de grãos armazenados: aspectos biológicos e identificação</b> . 2ª ed. São Paulo: Varela. 2002.  BATALHA, M. O. <b>Gestão Agroindustrial - Vol. 2</b> . 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2009.  CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J. <b>Sementes: ciência, tecnologia e produção</b> . 5ª ed. Jaboticabal: FUNEP. 2012.  PORTELLA, J.A.; EICHELBERGER, L. <b>Secagem de grãos</b> . Passo Fundo: Embrapa Trigo. 2001. 194 p. (Embrapa Trigo. Documentos, 8).



<b>Nome: Pós-Colheita de frutas e hortaliças</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Conceitos básicos de fisiologia pós-colheita de frutas e hortaliças. Causas das perdas pós colheita. Fisiologia e diversidade dos órgãos vegetais e fisiologia do desenvolvimento de produtos hortícolas. Amadurecimento e respiração, Tratamento e manuseio antes do transporte e armazenamento. Sistemas de armazenamento e embalagem. Aulas práticas (uso de laboratórios) e visitas técnicas.
CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. <b>Pós-colheita de frutas e hortaliças</b> : fisiologia e manuseio. Lavras: UFLA, 2005.  CHITARRA, M. I. F. <b>Colheita e qualidade pós-colheita de frutos</b> . Informe agropecuário, Belo Horizonte, v. 17. n. 179. p. 8-18, 1994.  OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. <b>Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos</b> . Barueri: Manole, 2006 632p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
GOMES, M.S.O. <b>Conservação pós-colheita: frutas e hortaliças</b> . Brasília/DF: EMBRAPA-SPI, 1996.  MANICA, I. et al. <b>Acerola</b> : tecnologia de produção, pós-colheita, congelamento, exportação, mercados. Porto Alegre, RS: Cinco Continentes, 2003.  MORETTI, Celso Luiz. <b>Manual de processamento mínimo de frutas e hortaliças</b> . Brasília/DF: Embrapa Hortaliças, SEBRAE, 2007. 527p.



<b>Nome: Agroecologia</b>
<b>Carga Horária Total: 32 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Conceitos e bases agroecológicas da agricultura sustentável. Tipos e sistemas de produção agroecológica. Manejo biológico de pragas e doenças. Fertilidade, adubação e nutrição em sistemas agroecológicos. Certificação, qualidade e comercialização de produtos agroecológicos.
<b>Bibliografia Básica</b>
AMARAL, do A.A. <b>Fundamentos de Agroecologia</b> . Curitiba: LT. 2012. 160 p.  AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. (ed.) <b>Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável</b> . Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2005. 517 p.  LEITE, L.F.C.; MACIEL, G.A.; ARAÚJO, A.S.F. <b>Agricultura conservacionista no Brasil</b> . Brasília/DF: Embrapa. 2014. 598 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
GLIESSMAN, S. R. <b>Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável</b> . 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009. 658 p.  HENZ, G. P.; ALCÂNTARA, F. A. de; RESENDE, F. V. <b>Produção orgânica de hortaliças</b> . Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2007. 308 p.  PENTEADO, S. R. <b>Agricultura Orgânica: Explore a agricultura com métodos ecologicamente corretos</b> . Viçosa: Aprenda Fácil. 2012. 233 p.  PENTEADO, S.R. <b>Manual Prático de Agricultura Orgânica: fundamentos e técnicas</b> . Campinas: Via Orgânica. 2010. 232p.  STRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. <b>Alimentos orgânicos-produção, tecnologia e certificação</b> . Viçosa: UFV. 2003. 452 p.



<b>Nome: Gestão Ambiental</b>
<b>Carga Horária Total: 16 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 03 horas</b>
<b>Ementa</b>
Conceito. Gestão do meio ambiente: princípios e instrumentos. Licenciamento e avaliação de impacto ambiental: conceitos, etapas, técnicas, aplicações, experiências internacional e brasileira. Noções de gerenciamento de resíduos.
<b>Bibliografia Básica</b>
ALMEIDA, J. R. <b>Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável</b> . Rio de Janeiro: Thex. 2006. BARBIERI, J. C. <b>Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos</b> . São Paulo: Saraiva. 2004. 357 p. TAKESHY, T. <b>Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa</b> . São Paulo: Grupo GEN/Atlas. 2011.
<b>Bibliografia Complementar</b>
BRAGA, B. et al. <b>Introdução à Engenharia Ambiental</b> . São Paulo: Prentice Hall. 2002. 305 p. MOTA, S. <b>Urbanização e meio ambiente</b> . 4ª ed. Rio de Janeiro: ABES. 2013. NEVES, M. F. (Org.). <b>Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia</b> . São Paulo: Atlas. 2007. SANCHES, L.E. <b>Avaliação de impacto ambiental: conceitos, métodos</b> . São Paulo: Oficina de Textos. 2008. TAUK, S. <b>Análise ambiental: uma visão multidisciplinar</b> . São Paulo: Editora UNESP. 1991.



<b>Nome: Processamento de Produtos de Origem Animal</b>
<b>Carga Horária Total: 40 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Obtenção de matéria-prima de origem animal. Gestão da qualidade. Propriedades físicas e químicas. Métodos de conservação. Embalagens e transporte. Tecnologia de produtos cárneos e lácteos. Fiscalização, regulamentação e padronização. Conservação de alimentos de origem animal. Tecnologia do leite: aspectos de qualidade e análises físico-químicas. Conservação e industrialização: queijos, manteiga e fermentados. Tecnologia da carne: carnes de suínos, bovinos e aves; normas de abate; conservação; e processamento dos produtos e subprodutos. Aulas práticas (uso de laboratórios) e visitas técnicas.
<b>Bibliografia básica</b>
EVANGELISTA, J. <b>Tecnologia de alimentos</b> . 2ª ed. São Paulo: Atheneu. 1998. 652 p.  GAVA, A.J. <b>Princípios de tecnologia de alimentos. Ciência e Tecnologia de Alimentos</b> . São Paulo: Nobel. 1998. 242 p.  RAMOS, E.M.; GOMIDE, L.A. de M. <b>Avaliação da Qualidade de Carnes, Fundamentos e Metodologias</b> . Viçosa: Editora UFV. 2009. 599 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
MONTEIRO, A.A.; PIRES, A.C.S.; ARAÚJO, E.A. <b>Tecnologia de Produção de Derivados de Leite</b> . Caderno Didático 120. Viçosa: Editora UFV. 2007. 81p.  FERREIRA, C. L. L. F. <b>Produtos Lácteos Fermentados: aspectos bioquímicos e tecnológicos. Caderno Didático</b> . Viçosa: Editora UFV. n. 43. 2001.  OETTERER, M.; REGITANO-d'ARCE, M.A.B.; SPOTO, M.H.F. <b>Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos</b> . Barueri: Editora Manole. 2006.  ORDÓÑEZ, J.; COLS. <b>Tecnologia de Alimentos - Alimentos de origem animal</b> . São Paulo: Editora Artmed. v. 2. 2005. 280 p.



<b>Nome: Processamento de Produtos de Origem Vegetal</b>
<b>Carga Horária Total: 40 Horas</b> <b>Carga Horária AVA: 06 horas</b>
<b>Ementa</b>
Pré-processamento de frutas e hortaliças: recepção e higienização. Tecnologia produtos de origem vegetal: Processamento dos produtos e subprodutos; Frutas e hortaliças minimamente processadas; Polpa de frutas; Néctares e sucos; Geleias, Doce em pasta (cremoso e em massa); Doce de fruta em calda e fruta em calda (compota); Fermentação e acidificação; Desidratação. Embalagens e transporte. Utilização de aditivos. Legislação. Aulas práticas (uso de laboratórios) e visitas técnicas.
<b>Bibliografia básica</b>
GAVA, A.J.; SILVA, C.A.B.; FRIAS, J.R.G. <b>Tecnologia de alimentos – Princípios e Aplicações</b> . São Paulo: Nobel. 2008. 512p.  LIMA, U. de A. <b>Matérias-primas dos alimentos</b> . São Paulo: Blucher. 2010. 402p.  OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M.A.B.; SPOTO, M.H.F. <b>Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos</b> . Barueri: Manole. 2006 632p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A. B. <b>Pós-colheita de frutas e hortaliças: glossário</b> . Lavras: Editora UFLA. 256p.  DAMODARAN, S.; PARKIN, K.L.; FENNEMA, O.R. <b>Química de alimentos de Fennema</b> . 4ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 900p.  GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. <b>Higiene e vigilância sanitária de alimentos</b> . 5ª ed. Barueri: Manole. 2015. 1077p.  KOBLOITZ, M.G.B. <b>Bioquímica de alimentos: teoria e aplicações práticas</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008. 242p.  LUENGO, R.F.A.; CALBO, A.G. <b>Embalagens para comercialização de hortaliças e frutas no Brasil</b> . Brasília/DF: Embrapa Hortaliças. 2009. 256p.



## Disciplina Optativa

<b>Nome: Libras</b>
Carga Horária: 64 horas
<b>Ementa</b>
Esta disciplina visa difusão da Libras, transmitir conceitos corretos a respeito da surdez e suas especificidades, assim como suas variações linguísticas. Cultura e identidade surda; estruturas e processos gramaticais da LIBRAS: fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos; verbos da LIBRAS; formação de frases na LIBRAS; leis e decretos da LIBRAS; variações regionais, sociais e históricas na Libras.
<b>Bibliografia Básica</b>
GESSER, Audrei. <b>Libras? Que língua é essa?</b> São Paulo: Parábola. 2009.  QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <b>Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira.</b> Porto Alegre: Editora Artmed. 2004.  PIMENTA, N. E QUADROS, R. M. <b>Curso de Libras I.</b> (DVD). Rio de Janeiro: LSBVideo. 2006.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkiria Duarte. <b>Dicionário Enciclopédia Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais.</b> Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.  <b>Dicionário Virtual</b> de apoio: <a href="http://www.acessobrasil.org.br/libras/">http://www.acessobrasil.org.br/libras/</a>  <b>Dicionário Virtual</b> de apoio: <a href="http://www.dicionariolibras.com.br/">http://www.dicionariolibras.com.br/</a>  <b>Legislação Específica de Libras</b> – MEC/SEESP – <a href="http://portal.mec.gov.br/seesp">http://portal.mec.gov.br/seesp</a>  PIMENTA, N. <b>Números na língua de sinais brasileira</b> (DVD). Rio de Janeiro: LSBVideo. 2009.  FERNANDES, S.; STROBEL, K.L. <b>Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais.</b> Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998.





SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

#### 14. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio dos estudantes visa à complementação do processo ensino-aprendizagem em termos de experiência, não será obrigatório, pois está previsto no mínimo 25% da carga horária das disciplinas em atividades práticas, o que facilitará a inserção do educando no mercado de trabalho, a adaptação social e psicológica deste às atividades profissionais e a orientação do educando na escolha de uma área de atuação profissional.

O Estágio Supervisionado no Curso Técnico em Agropecuária ao Nível Médio não é obrigatório, contudo, se o aluno desejar fazer, deverá obedecer a Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes. A carga horária será de 120 horas e o aluno poderá desenvolver atividades de estágio a partir do segundo módulo, considerando as seguintes prerrogativas:

- a) A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais;
- b) Apesar de o estágio não ser obrigatório, caso o aluno opte por fazê-lo, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade nos 02 dias que antecedem o Exame Final, para garantir o bom desempenho do estudante, conforme preconiza o Art.10 da lei supracitada.

#### 15. METODOLOGIA

Na perspectiva de aperfeiçoar a formação de técnicos, permitindo a aquisição de competências necessárias para o mercado de trabalho, o curso de Educação Profissional, “Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio” será estruturado de forma a ser desenvolvido ao longo de 04 (quatro) semestres. O curso será oferecido na sexta-feira (noturno) e aos sábados

(matutino e vespertino), com parte da carga horária a distância realizada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Os procedimentos metodológicos visarão como habilidade cognitiva fundamental, a capacidade de desenvolver competências e transferir conhecimentos de forma criativa para a resolução de situações-problemas detectadas na dinâmica da prática social e produtiva. A metodologia deve ser desenvolvida de forma a contemplar os aspectos envolvidos no desenvolvimento das competências cognitivas, psicomotoras e sócio-afetivas, dando ênfase à contextualização e à prática social e produtiva.

Ficará sob a responsabilidade de cada área elaborar os conteúdos que constituirão as bases científicas, instrumentais e tecnológicas dos componentes curriculares, os quais deverão estar articulados e integrados entre si, para o desenvolvimento de determinada competência da área ou de outras complementares de conhecimento, visando a garantir a interdisciplinaridade conforme artigo 40 da Lei 9.394/96, articulando ainda conteúdos e práticas que possibilitem o desenvolvimento do ser humano integral. Considerando para isso o que preconiza as políticas de educação ambiental e desenvolvimento sustentável descritas na lei 9.795 de 27 de abril de 1999, e o decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002. Inserindo ainda conhecimentos referentes à educação em direitos humanos baseados na resolução nº 01 de 30 de maio de 2012, e a educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileiros e indígenas (Lei nº 11.695 de 10 de março de 2008; resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004), conteúdos estes que devem ser considerados em todas as disciplinas de forma transversal e multidisciplinar, devendo ser pensado e articulado durante os encontros pedagógicos entre os docentes.

A metodologia adotada integra os conteúdos teóricos e práticos, presenciais e a distância, sistematizando uma ação conjunta, tornando-os mais compreensivos e significativos. Os docentes procurarão desenvolver um ensino construtivo, orientando a aprendizagem do aluno, a fim de levá-lo a conduzir suas competências e servir-se delas. Com isso o aluno irá adquirir conhecimentos aproveitando sua capacidade de partilhar liderança e fortalecer a sua autonomia.

No desenvolvimento das atividades, os docentes adotarão várias técnicas de ensino, visando torná-las mais ajustada à realidade dos alunos e mais eficiente quanto aos seus resultados. Estes docentes utilizarão metodologias que facilitem o desenvolvimento da área profissional, incluindo aplicação operatória dos conceitos e princípios científico-tecnológicos significativos, envolvendo conseqüentemente o uso inteligente de ferramentas e técnicas, indispensáveis para o processo de profissionalização do aluno.

Para as aulas a distância, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a ser utilizado será a plataforma Moodle (ou similar), podendo ser utilizadas outras ferramentas de ensino desde seja disponibilizado o link no ambiente oficial.

De acordo com os objetivos pedagógicos pretendidos, as atividades podem ser síncronas ou assíncronas. Na primeira, docentes e estudantes se encontram em atividades pedagógicas no mesmo momento, ainda que em espaço físico diverso. Na segunda, docentes e estudantes não atuam no mesmo tempo no desenvolvimento das atividades. As estratégias metodológicas e as estratégias de integração entre as atividades presenciais e a distância serão discriminadas no Plano de Ensino bem como a carga horária destinada a cada uma delas, conforme a Matriz Curricular do curso.

Os docentes disponibilizarão o Plano de Ensino no AVA, bem como orientações de estudos; comunicados e avisos; avaliações; fóruns; materiais didáticos como videoaulas, materiais complementares, exercícios, softwares específicos e acesso a e-books; dentre outros, de acordo com o seu planejamento sempre levando em consideração as características do componente curricular e fazendo relação com o perfil profissional do egresso. Os recursos e materiais didáticos a serem utilizados serão definidos pelos docentes das respectivas disciplinas, conforme os critérios anteriores, e poderão ser videoaulas, web aulas ou materiais complementares, produzidos pelos próprios docentes com apoio técnico-pedagógico da Equipe Multidisciplinar, e/ou disponíveis na rede (desde que de uso permitido e respeitando os direitos autorais).

Os conteúdos desenvolvidos serão registrados no Sistema Acadêmico assim como das atividades presenciais. Cabe salientar que os estudantes terão uma etapa inicial de ambientação à Plataforma e que os tutores são os mesmos professores responsáveis pelos momentos presenciais.

O desenvolvimento do ensino por competências, deverá ser prioridade na prática pedagógica, a fim de articular, inter-relacionar, propiciar ações concretas, coletivas e cooperativas, envolvendo diferentes saberes e conhecimentos, visando auxiliar o educando no desenvolvimento de atitudes analíticas e reflexivas diante de situações problemas de ordem sociais, ambientais e da comunidade em que estão inseridos. Esta metodologia deverá permitir aos alunos demonstrarem de forma integrada, todas as competências e habilidades adquiridas que atendam interesses próprios e os desafios enfrentados pelo trabalho.

Conforme o Projeto Pedagógico Institucional do IFMT,

As TIC, ainda, podem aprimorar a relação entre professores e estudantes por meio do uso de novas metodologias e estratégias de ensino, as quais abrangem:

o papel e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas diferenciadas;

a ação pedagógica colaborativa e democrática;

as formas alternativas de avaliação;

o papel da comunidade escolar e as novas representações e modos de construção do conhecimento. (PDI, 2019, p. 60)

Assim, os conteúdos serão desenvolvidos interna e externamente à escola, presencial e à distância, através de aulas expositivas, do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem, resolução de problemas, práticas, seminários, estudos de casos, visitas técnicas e pesquisas, visto que o Campus Sorriso buscará formar profissionais especializados para atender o setor agrícola com responsabilidade social, econômica e ambiental.

Em relação ao material didático para a Educação a Distância, conforme o Parecer CNE-CEB nº 11/2012, p. 54, independentemente da mídia:

[...] deve ter características que favoreçam o processo de mediação pedagógica de forma autogerida pelo estudante, privilegiando, por exemplo, textos dialógicos, parágrafos relativamente curtos, conexões com diferentes meios didáticos para aprofundamento do assunto (hiperlinks), questões ou exercícios de aprendizagem para auto-avaliação constante, apoio de ilustrações, animações e jogos didáticos, além de uma identidade visual que favoreça e motive a aprendizagem. A interatividade é uma característica essencial, pois o estudante procurará construir sua aprendizagem em uma relação autônoma.

A proposta pedagógica adotada fundamenta-se numa linguagem, onde o docente delineará um novo “fazer” educativo, propondo tarefas e desafios que incitem o aluno a ser o agente de sua própria capacitação, criando condições para que possa observar e perceber, descobrir e refletir sobre o mundo e interagir com seus pares, superando seus limites, através da ação coletiva. Este fazer pedagógico proposto é a implementação de projetos onde a interdisciplinaridade, que

abriga uma visão epistemológica do conhecimento, busca incentivar a pesquisa na construção de um conhecimento significativo.

## 16. AVALIAÇÃO

Partindo do pressuposto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de que a avaliação deverá além de observar os aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, devemos considerá-la como processo participativo, com envolvimento de todos os envolvidos no processo da aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa, bem como da construção de seus saberes.

O *Campus* Sorriso propõe, em conformidade com o Regulamento Didático do IFMT/2020, que a avaliação seja norteada pela concepção diagnóstica, dialógica, formativa, processual, contínua e inclusiva, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. O processo de ensino-aprendizagem visa propiciar diagnóstico, que possibilite ao docente refletir sobre sua prática e, ao discente, comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia. Nesse sentido, recomenda-se que a avaliação mediada por tecnologias igualmente considere essas concepções oportunizando que o estudante exerça o seu protagonismo e fortaleça a autonomia durante o seu processo de formação.

Seguindo os princípios, citados no Projeto Pedagógico Institucional, de que é preciso que se reflita sempre a respeito de que e de quem ela está a serviço, a avaliação da aprendizagem dá significado ao processo de ensino e aprendizagem e a relação do professor-aluno, desta forma é fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne ferramenta para a construção coletiva de sujeitos e de uma escola de qualidade.

A avaliação da aprendizagem como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática e que possa ser o ponto de partida para a identificação do progresso e dificuldades do aluno e na atuação do professor, com a oportunidade de replanejamento e novas estratégias para direcionar e redirecionar o trabalho pedagógico.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem se fundamentará nos princípios do Art. 24, inciso V, alínea “a”, da LDB, que prescreve: “a verificação do rendimento escolar observará

os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do discente, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem terá como parâmetro os princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional e Regulamento Didático-IFMT/2020, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFMT e a construção do perfil profissional previsto para o curso.

No processo de avaliação da aprendizagem, deverão ser utilizados instrumentos que possibilitem análise do desempenho do estudante, tais como:

- a) observação contínua pelos docentes;
- b) elaboração de portfólio;
- c) trabalhos individuais e/ou coletivos;
- d) resolução de problemas e exercícios;
- e) desenvolvimento e apresentação de projetos;
- f) participação e envolvimento em seminários;
- g) produção de relatórios;
- h) provas escritas e orais e/ou sequenciais;
- i) atividades práticas de laboratório e em campo;
- j) produções multidisciplinares envolvendo ensino, pesquisa e extensão;
- k) autoavaliação.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente devem ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observando as normas estabelecidas neste documento. A avaliação da aprendizagem deverá ocorrer de forma diversificada, resultando de processos que agreguem instrumentos de verificação de diferentes naturezas, respeitando a peculiaridade de cada processo educativo e de cada estudante, priorizando a interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática e mundo do trabalho.

A avaliação poderá utilizar tecnologias da informação e comunicação, como forma de flexibilizar o processo e permitir, por parte de estudantes e professores, a aquisição de saberes relacionados à aplicação pedagógica de recursos tecnológicos.

No contexto da avaliação fica estabelecido que:

O resultado do desempenho acadêmico deverá ser concretizado por dimensão somativa através de uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se frações de 0,1 (um décimo). Os docentes deverão realizar o registro de notas e frequências de todos os estudantes constantes no diário de classe, registrando nota 0,0 (zero) para aqueles a que não for possível atribuir nota.

Para expressar o resultado do desempenho acadêmico dos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente, a média final de cada componente curricular deve obedecer aos seguintes critérios de aproximação:

I- para fração menor que 0,05 aproxima-se para o valor decimal imediatamente inferior; e

II- para fração igual ou maior que 0,05, aproxima-se para valor decimal imediatamente superior.

Para efeito de aprovação nos componentes curriculares os discentes deverão obter a média final igual ou maior que 6,0 (seis). A cada componente curricular, o docente deverá realizar no mínimo duas avaliações de conhecimento.

A nota de cada componente curricular caracterizado como disciplina será a média aritmética simples de todas as avaliações do período acrescidos de até dois pontos do conceito referente à avaliação atitudinal.

$$M_{\text{Semestral}} = \frac{\sum A_n}{N} + C$$

Onde:

$M_{\text{Semestral}}$  = Média Semestral;

$\sum A_n$  = Somatório das avaliações;

N = Número de avaliações e

C = Conceito.

Decorridas todas as avaliações previstas para o componente curricular, haverá Prova Final (PF) destinada aos discentes que obtiverem média final inferior a 6,0 (seis), independentemente do número de componentes curriculares.

O docente deverá programar as avaliações, em conjunto com o Coordenador de Curso, de acordo com o cronograma estabelecido no Calendário Acadêmico observando que os discentes não podem ser submetidos a mais de duas avaliações diárias.

O resultado das avaliações aplicadas no decorrer do bimestre com devolução dos instrumentos aos discentes deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após sua realização.

O discente poderá solicitar revisão de avaliação mediante processo devidamente Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

fundamentado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da avaliação.

Será concedida a segunda chamada para realização de avaliações ao discente que justificar sua ausência nessa etapa de avaliação, mediante requerimento devidamente fundamentado, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a realização da primeira chamada.

Decorrido o prazo de segunda chamada, será atribuída nota 0,0 (zero) ao discente que não comparecer para realizar a avaliação.

A atribuição de notas e faltas ao discente é de competência exclusiva do docente responsável pelo componente curricular de modo que os docentes deverão realizar o registro de notas e frequências de todos os discentes constantes no diário de classe.

#### 16.1. DA REVISÃO DE AVALIAÇÃO

É direito de o discente solicitar ao docente a revisão da avaliação aplicada, da seguinte forma:

I- por meio de pedido verbal, em primeira instância; e

II- por meio de requerimento escrito, em segunda instância, dirigido ao Coordenador do Curso, que irá intermediar o caso.

O pedido ou requerimento de revisão da avaliação deve ser fundamentado e justificado, de modo que as solicitações intempestivas serão desconsideradas.

O estudante poderá solicitar revisão de avaliação mediante processo devidamente fundamentado, no prazo de até 2 (dois) dias letivos após a divulgação do resultado da avaliação.

#### 16.2. DA AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

Será concedida a segunda chamada para realização de avaliações ao discente que justificar sua ausência, mediante requerimento devidamente fundamentado, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a realização da primeira chamada. O discente que faltar a qualquer avaliação, em 1ª chamada, poderá requerer 2ª chamada diretamente ao professor, quando a disciplina ainda estiver em andamento, ou à Coordenação do Curso.

Deferido o requerimento, o Coordenador do Curso o encaminhará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ao docente responsável, caso não tenha findado a disciplina. Em caso de ter



findado o componente curricular, a 2ª chamada poderá ser aplicada a qualquer tempo até o final do Curso, pelo Coordenador do Curso, em regime de recuperação final, em data e horários definidos por este.

### 16.3. RECUPERAÇÃO

Conforme exposto no Regulamento Didático do IFMT (2020), entende-se por estudos de recuperação processual as estratégias elaboradas pelo docente para promover a superação das dificuldades de aprendizagem, diagnosticadas nos estudantes durante o desenvolvimento do componente curricular.

Com a finalidade de elevar o nível da aprendizagem, notas, conceitos ou menções dos discentes com baixo rendimento escolar, o docente adotará, ao longo do componente curricular, a prática de recuperação processual de conhecimentos, conforme descrito nos artigos 313 a 315 do Regulamento didático.

No final do componente curricular, os discentes que não atingirem média anual/semestral igual ou maior que 6,0 terão direito à prova final.

### 16.4. 18.4 PROVA FINAL

A prova final consiste em uma única avaliação escrita, aplicada aos discentes que obtiverem média inferior a 6,0 (seis), devendo contemplar os conteúdos trabalhados no componente curricular.

Compete ao Professor convocar os discentes que terão direito à prova final, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis de antecedência da realização da prova, conforme cronograma estabelecido previamente.

O discente terá direito a segunda chamada da Prova Final, quando justificar a ausência por motivo assegurado em lei.

Será atribuída nota 0,0 (zero) na PF ao discente que obtiver média inferior a 6,0 (seis) e não fizer a Prova Final.

Depois da Prova Final será considerado aprovado o discente que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco), que deverá ser calculada da seguinte forma:

$$M_F = M_S + P_F$$

Onde:

$M_F$  = Média Final;

$M_S$  = Média Semestral;

$P_F$  = Nota da Prova Final.

A atribuição de notas e faltas ao discente é de competência exclusiva do docente responsável pelo componente curricular.

#### 16.5. DA FREQUÊNCIA E DO REGISTRO

O discente será aprovado se obtiver média igual ou maior que 6,0 (seis) e no mínimo 75% de frequência, calculados com base na carga horária total do componente curricular, conforme estabelecido no Regulamento Didático do IFMT.

Compete ao Coordenador do Curso monitorar a frequência dos discentes e adotar medidas de prevenção ou superação de faltas, bem como prestar informações aos discentes e seus responsáveis a respeito dos riscos pelo excesso de faltas cometido.

Para o aluno que faltar o componente curricular, com justificativa, será oportunizado recuperação por meio de programa de estudos paralelo e de provas de avaliação do conhecimento do conteúdo do componente, mediante suporte da Coordenação do Curso.

#### 17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO

A avaliação do curso será realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA do Campus Sorriso instituída de acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do Campus, no que tange às dimensões da educação básica e tecnológica.

#### 18. PLANO DE MELHORIA DE CURSO

A partir de resultados obtidos através das avaliações da CPA quanto à estrutura, corpo docente, material bibliográfico, relação com empresas, infraestrutura física e corpo administrativo, serão implementadas melhorias para a qualidade do curso.

## **19. ATENDIMENTO AO DISCENTE**

### **19.1. APOIO PEDAGÓGICO E SOCIAL**

O Apoio Pedagógico e aos alunos do curso com problemas que afetam a sua aprendizagem objetiva que os alunos lidem de modo mais equilibrado com seus problemas e, conseqüentemente, melhorem o resultado do processo pedagógico. O acompanhamento enfatiza a superação e/ou minimização dos problemas que se refletem no processo ensino-aprendizagem, por meio de uma proposta metodológica de acompanhamento sistemático, desenvolvido de forma articulada com todos os setores da instituição.

Os casos identificados pelos professores, de distúrbios de comportamento do aluno, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldade de aprendizagem ou assimilação de determinadas disciplinas, falta de concentração, depressão e outros, podem ser levados para o Coordenador do Curso que na medida do possível o encaminhará para atendimento por profissionais qualificados, quando necessário.

### **19.2. DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS**

Entende-se por atividades acadêmico-científicas aquelas cujo objetivo seja a transferência, apresentação ou troca de informações de cunho científico nas diversas áreas do saber/conhecimento humano.

São consideradas atividades culturais aquelas que contribuem para a formação cidadã e humanística, principalmente no âmbito das artes, como, por exemplo: cursos, palestras, seminários, capacitações, teatro, cinema, coral, música etc.

O discente do Curso Técnico em Agropecuária será incentivado a participar de eventos científicos e culturais, como forma de complementação de conhecimentos e troca de

experiências. A participação nestas atividades deve ser de iniciativa do próprio discente, auxiliado pelos docentes, observando-se as possibilidades administrativas e pedagógicas do *campus*.

### 19.3. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

O aluno poderá ser assessorado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE), que, conforme define a Resolução Consup nº 43, de 17 de setembro de 2013, tem como objetivos: sensibilizar a comunidade escolar para a convivência com a diversidade a promoção da acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e comunicativa; identificar e atender as pessoas com necessidades específicas do IFMT; conhecer, na comunidade externa, as pessoas com necessidades específicas; promover a inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFMT e no mundo do trabalho; estabelecer parcerias com instituições, órgãos representativos e de atendimento às pessoas com necessidades específicas; e acompanhar a aplicação da legislação vigente relativa aos direitos das pessoas com necessidades específicas.

## 20. POLÍTICA DE CONTROLE DE EVASÃO

No decorrer do curso será elaborado pelo Coordenador do Curso, com apoio da Comissão de Permanência e Êxito do Campus, um plano de ações com o intuito de combater a evasão.

Outras ações deverão ser realizadas para a prevenção de evasões, tais como: participação de palestras, minicursos e cursos de extensão; realização de visitas técnicas para aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Acredita-se ser fundamental, no decorrer do curso, a promoção de palestras para os discentes, a fim de que os mesmos conheçam as oportunidades que o curso pode lhes oferecer profissionalmente.

## **21. CERTIFICADOS E DIPLOMAS**

Após o cumprimento integral de todos os componentes curriculares e das atividades definidas no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, eixo tecnológico Recursos Naturais, será conferido ao egresso o diploma de Técnico em Agropecuária. A carga horária total do curso é de 1.300 horas.

Ainda, o conhecimento adquirido a partir de experiência profissional extracurricular poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação.

Os diplomas serão emitidos, registrados e validados pela Secretaria Geral de Documentação Escolar do IFMT Campus Sorriso.

Os egressos poderão retirar seus diplomas na Secretaria Geral de Documentação Escolar do Campus, mediante assinatura em livro de registro próprio.

## **22. QUADRO DE DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

Os docentes e técnicos administrativos que atuarão no curso Técnico em Agropecuária, ofertado no município de Sorriso, serão selecionados preferencialmente entre os profissionais do IFMT Campus Sorriso através de Edital de Seleção Específico. Os critérios de seleção constarão no Edital próprio. A participação de servidores será oportunizada mediante comprovação de compatibilidade de horário, sem prejuízo às suas atribuições elencadas no PIT e mediante a autorização da Chefia Imediata e da Direção Geral. Os docentes e técnicos administrativos em educação que atuarão neste curso participarão das formações continuadas regularmente ofertadas pelo Campus.

Segue abaixo a relação com os docentes do Campus que têm formação acadêmica para atuar no curso e que, portanto, poderão participar da seleção, bem como dos técnicos administrativos.



<b>DOCENTE</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Adilson Amorim Brandão	Graduação em Agronomia	Doutorado	DE
Alan Franco Barbosa	Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Doutorado	DE
Alessandro dos Santos Goes	Graduação em Matemática	Mestrado	DE
Alexssandro Messias Ferraz	Graduação em Tecnologia de Alimentos de Origem Animal	Especialização	DE
Ana Paula Encide Olibone	Graduação em Agronomia	Doutorado	DE
Dácio Olibone	Graduação em Agronomia	Doutorado	DE
Daniel Oster Ritter	Graduação em Medicina Veterinária	Doutorado	DE
Élio Barbieri Junior	Graduação em Medicina Veterinária	Doutorado	DE
Elisangela Dias Saboia	Graduação em Letras	Mestrado	DE
Everton José Almeida	Graduação em Engenharia Florestal	Mestrado	DE
João Rafael Alves	Graduação em Matemática	Doutorado	DE



Juliana Nunes	Gervásio	Graduação em Engenharia Ambiental	Mestrado	DE
Juliano Martins	Araújo	Graduação em Agronomia	Mestrado	DE
Julio Cesar Piaia	Zanchet	Graduação em Engenharia de Alimentos	Doutorado	DE
Kassio dos Santos Carvalho	Santos	Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental	Doutorado	DE
Karine Delmondes	Felix	Graduação em Letras	Doutorado	DE
Laerte Pivetta	Gustavo	Graduação em Agronomia	Doutorado	DE
Lais Azevedo Barroso	Mayara	Graduação em Matemática	Doutorado	DE
Liandra Belló Grösz	Cristine	Graduação em Ciências Físicas e Biológicas	Mestrado	DE
Lindomar Kinzler		Graduação em Administração	Mestrado	DE
Priscila Rodrigues Silva	Aline	Graduação em Letras	Mestrado	DE
Renan Gonçalves de Oliveira		Graduação em Agronomia	Doutorado	DE



Ritielly Laiany Carvalho Senigalia	Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental	Mestrado	DE
Renato Andrade Teixeira	Graduação em Agronomia	Doutorado	DE
Roberta Cristiane Ribeiro	Graduação em Zootecnia	Doutorado	DE
Rosangela Rogéria Griep	Graduação em Matemática	Mestrado	DE
Rui Ogawa	Graduação em Rede de computadores	Mestrado	DE
Sinara Dal Magro	Graduação em Letras	Mestrado	DE
Terezinha Ferreira de Almeida	Graduação em Letras	Doutorado	DE
Vanessa Cristina Silva Vieira	Graduação em Ciências Biológicas	Doutorado	DE
Zaryf Araji Dahroug Pacheco	Graduação em Ciências Biológicas	Doutorado	DE





<b>TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO</b>	<b>CARGO</b>
Ademeia Raquel Maas	Administradora
Arica Fernandes Sousa	Técnica de Laboratório
Altaide Gomes de Sousa Franco	Assistente de Aluno
Betania Maria Canei de Almeida	Tecnóloga em Gestão Pública
Charlie Silva Fernandes	Técnico em Assuntos Educacionais
Cimara Ducatti	Auxiliar de Biblioteca
Cynthia de Oliveira Rosa	Assistente em Administração
Deocleci de Souza	Administradora
Dieison D Avila Guisolfi	Jornalista
Diogo Ferreira dos Santos	Técnico em Agropecuária
Edmundo Leite Xavier Neto	Assistente em Administração
Eliana Aparecida Dias dos Santos	Assistente em Administração
Ellen Cristina Alves de Anicesio	Técnico em Agropecuária
Gheysa Maria Pereira Lima Eickhoff	Assistente Social
Helder Silva de Melo	Técnico em Audiovisual



Jair José dos Santos	Técnico em Agropecuária
Jemily Christina Nascimento Ramos	Assistente de Alunos
Josimar da Silva Pereira	Técnico em Contabilidade
Joyce Maria Goncalves	Assistente em Administração
Juliana Borges Alexandre	Assistente de Alunos
Lucineia Rosa Soares	Tradutora e Intérprete de Libras
Marcio Jose da Costa Araujo	Técnico em Agropecuária
Monica da Silva	Técnico de Tecnologia da Informação
Rafael Ponciano Duarte	Técnico de Laboratório
Rubia Maria Vieira Giovelli	Assistente em Administração
Saionara da Silva Moro	Assistente em Administração
Sandra Francisca de Oliveira	Técnica em Contabilidade
Silvio Marcio Inoui Filho	Técnico de Tecnologia da Informação
Tamires de Araújo de Oliveira	Assistente de Aluno
Teviani Rizzi Kölzer	Técnica em Assuntos Educacionais
Thiago de Souza Rizzi	Engenheiro Agrônomo
Vanessa de Souza Correia Messias Ferraz	Técnica de Laboratório

### 23. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

As instalações e equipamentos básicos necessários ao curso Técnico em Agropecuária, como salas de aula equipadas e laboratórios serão de responsabilidade do IFMT Campus Sorriso.

O município será responsável por oferecer transporte para a participação dos estudantes em atividades práticas desenvolvidas em propriedades parceiras com condições para a realização de aulas práticas e visitas técnicas e/ou na estrutura do IFMT Campus Sorriso.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, *Campus Sorriso*, tem sua estrutura localizada à Avenida dos Universitários - Quadra 40, Bairro Santa Clara, Sorriso – MT – CEP 78.890-000, Caixa Postal 1063. Com 4.321,75 m<sup>2</sup>, o Campus Sorriso possui uma biblioteca, um auditório, um bloco administrativo, um bloco de salas de aula, um pátio coberto, um refeitório com cozinha e vestiário (localizado no bloco de salas de aula), laboratórios e salas de atendimento ao aluno, além das estruturas básicas de saneamento e acessibilidade, como banheiros, vestiários, elevadores e estacionamento sinalizado, passarelas e saguão de entrada. Todos os espaços internos destinados a atividades administrativas e pedagógicas são climatizados com ar-condicionado, inclusive o auditório e a biblioteca.



### 23.1. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

O AVA a ser utilizado será a plataforma *Moodle* (ou similar) que deverá oferecer toda a infraestrutura necessária que permita a disponibilização do material didático, a comunicação entre docente e estudantes e entre os estudantes, o feedback de atividades e possíveis dúvidas, a realização de fóruns, trabalhos interdisciplinares e extraclasse, de forma que os docentes possam interagir e motivar a participação dos estudantes, realizar orientações e responder possíveis dúvidas.

Essa plataforma será gerenciada pelo Coordenador do Curso que atenderá os estudantes com apoio da Equipe multidisciplinar composta por Coordenadora Pedagógica, Técnica em Assuntos Educacionais, Técnico em Tecnologia da Informação, Técnico em Audiovisual, dentre outros profissionais que possam vir a integrar essa equipe.

O IFMT campus Sorriso disponibilizará Laboratórios de Informática para que os estudantes possam ter acesso a esse ambiente.

### 23.2. BLOCO BIBLIOTECA

Edificação de forma prismática contígua ao saguão de entrada, medindo 30x12m. Possui dois pavimentos e uma área total de 617,38 m<sup>2</sup>.

a) Pavimento Térreo: Este pavimento abriga 02 sanitários coletivos de 11,28m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 protocolo de 10m<sup>2</sup>; 01 recepção de 7,05m<sup>2</sup>; 01 guarda volume de 6,40m<sup>2</sup>; 01 laboratório de informática exclusivo para pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES e outras bases de dados científicos com 31,59m<sup>2</sup>, equipada com 20 computadores conectados à internet; e 01 biblioteca de 244,79m<sup>2</sup>, com ambientes para estudo individual e/ou coletivo, exposição do acervo bibliográfico e de periódicos impressos. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 9,80m<sup>2</sup>.

b) Pavimento Superior: Este pavimento abriga 01 administração de 15,18m<sup>2</sup>; 01 videoteca de 7,42m<sup>2</sup>; 01 sala de áudio visual de 22,80m<sup>2</sup>; 01 biblioteca de 175,96m<sup>2</sup>. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 9,80m<sup>2</sup>.

A Biblioteca do campus está equipada com 20 computadores para consulta em bases de dados *on-line*, inclusive com acesso ao Portal de Periódicos da CAPES; 03 Computadores (CPU, Monitor, Material multimídia, Software de Gerenciamento de dados biblioteconômico); Acesso a internet cabeado e wireless; Acesso à linha telefônica (5 ramais); 20 conjuntos de mesas com

cadeiras para computadores; cabines de estudo individualizado com cadeiras; conjuntos de estudo (mesas redondas com cadeiras); Ar condicionado; Impressora multifuncional colorida; Sistema antifurto (duas antenas); Elevador para acesso ao pavimento superior.

### 23.3. SAGUÃO/PÁTIO

Edificações com a forma prismática. O saguão mede 12m x 12m e tem o pé direito duplo já o pátio mede 10,82m x 24,80m e possui dois pavimentos.

a) Saguão: responsável pela articulação da instituição, possui 142m<sup>2</sup>.

b) Pátio térreo: responsável pela distribuição dos alunos e servidores para os blocos de salas de aula, administração, biblioteca e auditório. Abriga 02 caixas de escadas de 13,50m<sup>2</sup>; 02 depósitos de 4,23m<sup>2</sup>; 01 depósito de 3,60m<sup>2</sup>; uma caixa de elevador de 3,60m<sup>2</sup>, todos os ambientes servidos por um pátio coberto de 221,18m<sup>2</sup>.

c) Pátio superior: responsável pela distribuição dos alunos e servidores para os blocos de salas de aula, administração, biblioteca e auditório. Abriga 02 caixas de escadas de 13,50m<sup>2</sup>; 02 depósitos de 4,23m<sup>2</sup>; 01 depósito de 3,60m<sup>2</sup>; uma caixa de elevador de 3,60m<sup>2</sup>, todos os ambientes servidos por uma circulação de 148,60m<sup>2</sup>.

### 23.4. PASSARELA

Edificações com a forma prismática, medindo 25,70m x 3m. Com 02 pavimentos possui uma área de 78,60m<sup>2</sup>.

a) Passarela térreo: este pavimento possui 73,24m<sup>2</sup> e é responsável pela ligação entre o Pátio e o Bloco de Salas de Aula.

b) Passarela 1º pavimento: este pavimento possui 73,24m<sup>2</sup> e é responsável pela ligação entre o Pátio e o Bloco de Salas de Aula.

### 23.5. BLOCO DE AUDITÓRIO

Edificação de forma prismática contígua ao saguão de entrada, medindo 30m x 12m. Possui dois pavimentos e uma área total de 469,58m<sup>2</sup>.

a) Pavimento Térreo: Este pavimento abriga 02 sanitário coletivo de 18m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 hall de 49,25m<sup>2</sup>; 01 auditório de 212,40m<sup>2</sup>, com 350 cadeiras estofadas; 01 palco de 43,12m<sup>2</sup>, com mesa de som amplificada, projetor multimídia, computador conectado ao projeto e com acesso à internet; totalizando uma área de 367,21m<sup>2</sup>.

b) Pavimento Superior: Este pavimento abriga um mezanino com um total de 102,37m<sup>2</sup>.

### 23.6. BLOCO DE ADMINISTRAÇÃO

Edificação de forma prismática contígua ao pátio, medindo 30m x15,50m. Possui dois pavimentos e uma área total de 946m<sup>2</sup>.

a) Pavimento Térreo - Departamento de Ensino: Este pavimento abriga 02 sanitários coletivos de 30,80m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 02 salas de coordenações de áreas de 30,80m<sup>2</sup>; 01 sala de professores de 94,35m<sup>2</sup> equipada com 30 estações de trabalho com cadeiras e caveteiro, escaninhos individuais; 01 sala de assessoria pedagógica de 25,94m<sup>2</sup>; 01 secretaria de documentação acadêmica da diretoria de ensino de 30,80m<sup>2</sup>; 01 arquivo de 7,05m<sup>2</sup>; 01 gabinete de diretoria de ensino de 26,23m<sup>2</sup>; 01 WC privativo de 3,15m<sup>2</sup>. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 46,65m<sup>2</sup>.

b) Pavimento Superior: Este pavimento abriga 02 sanitários coletivos de 30,80m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 departamento de administração e planejamento com 94,30m<sup>2</sup>; 01 RH de 30,80m<sup>2</sup>; 01 sala de tecnologia da informação de 30,80m<sup>2</sup>; 01 sala de auditoria e reuniões de 30,80m<sup>2</sup>; 01 recepção de 13,30m<sup>2</sup>; 01 sala de coordenações de áreas (Pesquisa, Extensão e Núcleo de Produção) de 30,80m<sup>2</sup>; 01 copa de 4,58m<sup>2</sup>; 01 arquivo de 7,05m<sup>2</sup>; 01 gabinete de Direção Geral de 30,80m<sup>2</sup>; 01 WC privativo de 3,48m<sup>2</sup>; 01 secretaria e chefia de gabinete de 48,26. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 46,65m<sup>2</sup>.

### 23.7. BLOCO DE SALAS DE AULA, RESTAURANTE E LABORATÓRIOS

Edificação de forma prismática contígua ao pátio, medindo 50,15m x15,00m. Possui três pavimentos e uma área total de 1839,19m<sup>2</sup>.

**a) Pavimento subsolo (Restaurante):** Este pavimento abriga o Restaurante do Campus contendo 02 vestiários coletivos de 29,59m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 pilotis de 202,78m<sup>2</sup>; 01 cozinha de 44,83m<sup>2</sup>; 01 vestiário de 8,00m<sup>2</sup>; 01 despensa 5,52m<sup>2</sup>; 01 caixa de elevador de 4,83m<sup>2</sup>; 01 caixa de escada de 16,72m<sup>2</sup>; 01 balcão de 14,34m<sup>2</sup>; 01 caixa de 5,52m<sup>2</sup>. Este pavimento possui 403,85m<sup>2</sup>.

**b) Pavimento térreo (Salas de Aula e Laboratórios):** Este pavimento abriga 02 vestiários coletivo de 21,96m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 04 salas de aula de 44,84m<sup>2</sup>; 02 salas de aula de 52,99m<sup>2</sup>; 02 salas de aula de 39,86m<sup>2</sup>; 01 laboratório de Química de 60,08m<sup>2</sup>; 01 laboratório de Biologia e Anatomia Vegetal de 60,08m<sup>2</sup>; 01 caixa de elevador de 4,83m<sup>2</sup>; 01 caixa de escada de 16,72m<sup>2</sup>. Estes ambientes são servidos por duas circulações uma com 117,14m<sup>2</sup> e outra com 17,61m<sup>2</sup>.

**c) Pavimento Superior (Salas de Aula e Laboratórios):** Este pavimento abriga 02 vestiários coletivo de 21,96m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 laboratório de Informática de 52,99m<sup>2</sup>; 01 laboratório de Desenho Técnico com 52,99m<sup>2</sup>; 02 salas de aula de 52,99m<sup>2</sup>; 06 salas de aula de 39,86m<sup>2</sup>; 01 caixa de elevador de 4,83m<sup>2</sup>. Estes ambientes são servidos por duas circulações uma com 117,14m<sup>2</sup> e outra com 17,61m<sup>2</sup>.

### 23.8. 25.7 ELEVADORES

A fim de garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida conforme determina a Lei Federal 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto Federal 5.296/2004 e NBR 9050/2004, o campus conta com a instalação de dois elevadores. Um elevador instalado no bloco Administração com duas paradas e outro no Bloco Sala de Aula com três paradas.

### 23.9. FAZENDA EXPERIMENTAL

O Campus Sorriso possui uma Fazenda Experimental com área de 84,6 hectares, sendo 60 hectares de áreas agricultáveis e o restante reserva legal e área de preservação permanente. A área é utilizada para aulas práticas, atividades de pesquisa e extensão rural, com o objetivo de proporcionar aos alunos a formação prática das disciplinas específicas do curso. Além disso, possui parcerias com Empresas Públicas e Privadas das diferentes áreas das Ciências Agrárias, ampliando

Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

as possibilidades de aulas práticas e experimentos proporcionando uma ideia real do agronegócio da região.

A Fazenda está equipada com: Rede elétrica em alta e baixa tensão; Dois poços artesianos, um reservatório metálico de 14 mil litros, um de polietileno de 10 mil litros; Barracão para máquinas e equipamentos com 164 m<sup>2</sup>, com oficina; Duas salas de aula com 72 m<sup>2</sup> cada, climatizadas; Área de convivência com dois banheiros (masculino e feminino); Estação Agrometeorológica automática com acesso remoto aos dados; Um trator New Holland 75 cv; Uma grade aradora 14 discos de 26"; Uma grade niveladora 32 discos de 24"; Enxada rotativa com encanteirador largura 1,5 metros; Um arado de disco três discos 26" reversível; Um sulcador de uma linha; Uma roçadeira hidráulica largura 1,5 metros; Uma carreta agrícola 3 toneladas; Uma carreta tanque 4500 litros com bomba e esguichos de combate a incêndio; Um perfurador de solo com brocas de 9", 12" e 18"; Uma semeadora adubadora com 7 linhas de plantio; Pulverizador acoplado 800 litros com barras de 12 metros; Uma batadeira de cereais compacta sobre rodas; Um distribuidor de calcário e sólidos com capacidade para 2,5 metros cúbicos; Um distribuidor de sementes e adubo pendular com capacidade para 0,6 metros cúbicos; Colhedeira de forragem ensiladeira para uma linha de milho; Ferramentas manuais e costais motorizadas diversas; duas casas de vegetação com 96 m<sup>2</sup> (12m x 8m) cada, das quais uma está instalada na Fazenda e outra na Sede do Campus e quatro estufas agrícolas convencionais, sendo uma de 84 m<sup>2</sup> (12m x 7m) que está instalada na Sede do Campus e três estufas agrícolas convencionais, com 133 m<sup>2</sup> (19m x 7m) cada, instaladas na Fazenda.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023: informação e documentação – referências - elaboração.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP No. 01 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 26.7.2004.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicado no DOU de 23.12.2005.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>.

BRASIL. Educação Profissional: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. Lei no. 11.645 de 10/03/2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Publicado no DOU de 11.3.2008.

BRASIL. MEC. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional e tecnológica: legislação básica.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 39 de 08 de dezembro de 2004. Aplica o decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

BRASIL. PARECER CNE/CES Nº 261/2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Brasília: Câmara de Educação Superior. 2006.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04, de 08 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE, 2004.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título I, Capítulo II (Dos Direitos Sociais); Título III, Capítulo II (Da União); Título VIII, Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) e Capítulo IV (Da Ciência e Tecnologia);

Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011. Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto nº 5.154/2004 e no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Agrícola. p. 05-05, 2014. Disponível em: <  
[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/estProdAgr\\_201407.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201407.pdf)>  
Acesso em 15 ago. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Pecuária. p. 06-17, 2014. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leit-e-couro-ovos\\_201401\\_publ\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leit-e-couro-ovos_201401_publ_completa.pdf)> Acesso em 15 ago. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Agrícola. p. 05-05, 2014. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/estProdAgr\\_201407.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201407.pdf)> Acesso em 15 ago. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Pecuária. p. 06-17, 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leit-e-couro-ovos\\_201401\\_publ\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leit-e-couro-ovos_201401_publ_completa.pdf)> Acesso em 15 ago. 2014

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sorriso/panorama>> Acesso em: 06/05/2022.

Lei 11. 741/2008. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

Lei nº 10.741/2003, que Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-

Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e com a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente a Seção IV-A, com redação dada pela Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Lei no 9.795/1999 que estabelece que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port37.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2010.

Parecer CNE/CEB nº 8/2014, aprovado em 9 de outubro de 2014 – Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental.

Parecer CNE/CEBº 11/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Portaria Nº 330, de 23 de Abril de 2013, do Ministério da Educação. Autoriza o funcionamento do Campus Sorriso;

Projeto de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, 2019-2023.

Resolução 023 de 06 de Julho de 2011. Normativa para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso;

Resolução CNE/CEB n.º 04/99 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, as competências profissionais a serem adquiridas durante o curso considerarão as competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

Resolução CONSUP Nº 043/2013. Aprova a Instrução Normativa que orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou implementação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso;

Aprovado pela Resolução nº 104/2022 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de outubro de 2022, conforme recomendado na Resolução nº 031/2022 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT, de 11 de outubro de 2022.

Resolução CONSUP/IFMT nº 081/2020, de 26 de novembro de 2020. Aprova o Regulamento Didático do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Resolução nº 6, de 20 Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Resolução nº 2, de 30 de Janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Resolução nº 262/1979, que Dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º grau, nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia; pela Resolução nº 278/1983, que Dispõe sobre o exercício profissional dos Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas de Nível Médio ou de 2º Grau e dá outras providências.

**CLAUDIR VON DENTZ**

Diretor Geral

PORTARIA 737/2021 - RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT

**TEREZINHA FERREIRA DE ALMEIDA**

Chefe do Departamento de Ensino

PORTARIA 425/2022 - RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT

**LUCIANA MONTEIRO DE CAMPOS**

Coordenadora Pedagógica

PORTARIA 958/2021 - RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT